

04 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

'Obrigação do juiz é decidir segundo a lei', diz Moro

Responsável pelas ações penais da Lava Jato, magistrado nega que objetivo das investigações seja prender o ex-presidente Lula

José Roberto Castro
Agência Estado

São Paulo - O juiz responsável pelas ações penais da Operação Lava Jato, Sérgio Moro, fez críticas à morosidade do Poder Judiciário, principalmente em casos de crime de colarinho branco. Moro, que chefia uma vara especializada em combate à corrupção, minimizou sua participação no enfrentamento a crimes contra o patrimônio público e disse que a obrigação do juiz é decidir segundo a lei e as provas.

"Muita gente dizia que a Ação Penal 470 mudou o País, agora se diz que esse caso que está nas minhas mãos vai mudar o País. Não podemos ficar dependendo de ação mais ou menos eficiente da Justiça, temos que pensar em mudar a instituição como um todo", argumentou Moro, que participou ontem do 10º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, em São Paulo. Para ele, "a preocupação que tem que existir é o que fazer para mudar o sistema para que casos esse (Lava Jato) não sejam exceção".

Falando sobre sua própria atuação, Moro disse que não

se lembra de uma sentença da qual tenha se arrependido. "Um juiz nunca se desprende da natureza humana, leva para o processo certos valores, certas compreensões do que é a vida. Agora, a obrigação do juiz é decidir segundo a lei, segundo o fato e segundo as provas", disse Moro. Nesse ponto, disse já ter absolvido por falta de provas réus que "no íntimo" achava serem culpados.

Ele não comentou a fala de ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, que disse esperar que as delações premiadas feitas na Lava Jato sejam espontâneas. "Não seria adequado eu comentar", se esquivou. Em despacho sobre o ex-diretor da Petrobras Jorge Zelada, preso na quinta-feira, na 15ª da operação, Moro rebateu a tese de que as prisões preventivas são um expediente para obter delações premiadas. "Jamais este Juízo pretendeu com a medida obter confissões involuntárias", escreveu.

Sobre os prejuízos que a Lava Jato vem causando a empresas acusadas de envolvimento no esquema, Moro usou uma metáfora, dizendo que "o policial que descobre

o cadáver não é o culpado pelo homicídio". "Uma série de problemas vinha se acumulando e começaram a aparecer de maneira muito clara e o custo de solução seria muito grande. Mas eu questiono: qual seria o custo da continuidade?", afirmou, referindo-se a "obras que nunca terminam".

Perguntado sobre o foro privilegiado, que garante a autoridades o direito de serem investigadas apenas na instância superior da Justiça - Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, Moro disse que não vê a prerrogativa com "viés positivo". Para o juiz, "foro privilegiado é contrário ao princípio da igualdade".

CONTINUA

04 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

LULA

Moro negou que seu objetivo, com a Operação Lava Jato, seja prender o ex-presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva. O juiz comentou rumores a esse respeito, disse que julga de acordo com as provas que lhe chegam e que não consegue responder formalmente a tudo que se fala sobre a Lava Jato. “Não se pode jogar uma pedra em todo cão que ladra”, afirmou. Moro disse que o juiz tem um papel reativo e não participa de estratégias de investigação e reiterou que o que chega às suas mãos é julgado de acordo com as provas apresentadas no processo.

O juiz foi questionado sobre os comentários da presidente Dilma Rousseff sobre não respeitar delatores, mas preferiu não responder. “Acho que a presidente merece respeito da parte minha e de todas as pessoas. Não me sentiria confortável em rebater um comentário da presidente”, disse.

Toda vez que é perguntado sobre seus planos para depois da Lava Jato, Sérgio Moro diz que a prioridade é “tirar longas férias”.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

**Juiz determina retirada
de matéria sobre salários**

04 JUL 2015

Em decisão publicada no dia 29 de junho, mas só divulgada agora, o juiz Guilherme de Paula Rezende, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, determinou que a Agência Estadual de Notícias retirasse do ar a matéria sob o título “Em 111 cidades, salários dos professores são maiores que os dos prefeitos”, em que comparava o salário dos professores estaduais ao de prefeitos do interior. Segundo as entidades de classe, os valores utilizados pelo governo se referiram a promoções, progressões, benefícios acumulados e não pagos. “Ao que consta dos autos, conclui-se, neste momento processual preliminar, que o Estado do Paraná, ao manter o seu Portal de Transparência de forma incompleta, dele ainda fazendo uso para estribar notícia também incompleta acerca da remuneração de seus servidores, acabou por agir de forma dissonante ao princípio da publicidade. Isso porque, a partir do momento em que divulga a remuneração de seus professores de forma generalizada – tanto em relação ao percebido pelo servidor mês a mês, como à categoria – deixou o Estado do Paraná de considerar que a informação a ser prestada deve ser autêntica, íntegra e primária, no sentido de qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações”, reforçou o magistrado.

MAZZA

Mutirão

Em Piraquara, magistrados fazem de ontem até amanhã um mutirão carcerário destinado a reduzir a superlotação dos presídios. Indispensável por todos os motivos maior frequência desse tipo de procedimento.

Em todos os cárceres há casos de sentenças já cumpridas, isso sem falar nas falhas burocráticas. O acompanhamento permanente disso deveria ser rotina, inclusive com a ação da Defensoria Pública.

Melar

Agora advogados dos acusados da Lava Jato se apegam na escuta colocada no compartimento de Youssef como remota hipótese de melar o processo. E ontem o juiz Sérgio Moro era o destaque de um conclave de jornalismo investigativo.

A opinião pública tem um peso forte no julgamento desse caso do petrolão.

Folclore

Seria de fato um absurdo se, em meio às investigações da Lava Jato, não se descobrisse a feira de chunchos na Receita Estadual, uma espécie de simetria entre justiças de plano diferente, a local e a federal.

04 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

TRF nega habeas corpus preventivo a José Dirceu

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou ontem o habeas corpus preventivo impetrado em favor de José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão foi analisada pelo juiz federal Nivaldo Brunoni, convocado para atuar no TRF4 durante as férias do desembargador federal João Pedro Gebran Neto.

A defesa de Dirceu havia protocolado o pedido na última quinta-feira com o objetivo de “afastar o suposto constrangimento ilegal” de uma prisão preventiva no processo da Operação Lava Jato. Conforme a petição, a divulgação do conteúdo da delação premiada realizada pelo investigado Milton Pascowitch, acusado de ser operador do esquema criminoso, indicaria a possibilidade de que fosse decretada a prisão preventiva de Dirceu.

Em depoimento, o operador teria dito que os pagamentos que fez a Dirceu eram propina e não resultado de consultorias. Os investigadores da Lava Jato suspeitam que o ex-ministro tenha recebido propinas em forma de consultorias de sua empresa, a JD Assessoria.

“A defesa sustenta seu pedido, principalmente, em razão do conteúdo da delação premiada firmada por Milton Pascowitch. Isso, por si só, não

é suficiente para demonstrar que o paciente possa ser segregado cautelarmente e que tal ato judicial representaria coação ilegal. O fato de o paciente ser investigado e apontado no depoimento de Milton Pascowitch não resultará necessariamente na prisão processual”, ressaltou o magistrado em seu despacho. O juiz completou dizendo que as prisões ocorridas no âmbito da Lava Jato “estão guarnecidas por outros elementos comprobatórios do que foi afirmado por terceiros”.

O juiz finalizou afirmando que não cabe a ele antecipar-se ao juiz Sérgio Moro, decidindo, em tese, se a situação de Dirceu comporta ou não a custódia preventiva. “As considerações da defesa assumem natureza eminentemente teórica, sendo inviável antecipar eventuais fundamentos invocados pelo juiz Sérgio Moro para a decretação da segregação cautelar, se isto de fato ocorrer”, ponderou Brunoni.

O advogado de José Dirceu informou que pretende recorrer da decisão no próprio TRF4. Roberto Podval afirmou que apresentará um agravo regimental para que o habeas corpus seja julgado por um colegiado. “Não tenho muito a comentar, vejo com naturalidade, mas discordo. Tenho que respeitar a decisão, mas sem dúvida vamos recorrer ao próprio tribunal e aguardar a decisão do colegiado”, ressaltou.

04 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP acusa ex-prefeito de Sabáudia de improbidade

Edson Ferreira

Reportagem Local

O Ministério Público (MP) do Paraná apresentou à Justiça ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Sabáudia (Região Metropolitana de Londrina) Almir Batista dos Santos (Pros). A mulher do ex-prefeito, Luzinete Viana dos Santos, e a Associação de Proteção da Maternidade e Infância (APMI), presidida por ela, também são acionadas por suposta ofensa aos princípios da impessoalidade e legalidade na administração municipal, que teria gerado prejuízos aos cofres cerca de R\$ 1 milhão.

Narra o MP que Almir e a primeira-dama utilizaram a entidade para realizar contratações sem concurso, “ampliando com isto, as contratações livres que poderiam fazer com comissionados” e assim furtando-se “dos limites de gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)”.

Conforme a ação, de 2005 a 2011, foram efetuados inúmeros repasses de dinheiro público para a APMI, em desconformidade com a legislação municipal. Para o MP, a entidade privada foi utilizada como intermediária para permitir aos envolvidos a gestão privada de verbas públicas. Na ação, o promotor de Justiça Fernando Barbugiani escreve que “a APMI parasitava as estruturas municipais, não

possuindo qualquer gasto administrativo que justificasse” os gastos apurados.

Procurado pela reportagem, Almir rechaçou a acusação de uso indevido da APMI. Segundo ele, a contratação de funcionários por meio da APMI ou de outras associações sem concurso público é prática comum nos municípios para a execução de programas federais, como o Saúde da Família. “Como eu poderia abrir concurso para a contratação de ACSs (agentes comunitários de saúde) que iriam trabalhar no Saúde na Família Rural, se o próprio Ministério orientou que o melhor era contar com pessoas que já moram nas localidades?”

Almir alegou que vai apresentar no recurso à Justiça os documentos referentes a todos os repasses da prefeitura para a APMI.

04 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Servidores do Judiciário mantêm greve

Sindicatos aguardam sanção de reposição salarial de 59% em média pela presidente Dilma

Rafael Fantin
Reportagem local

Após mais de 20 dias de paralisação, os servidores da Justiça do Trabalho decidiram pela continuidade da greve no Paraná em assembleia do Sindicato da Justiça do Trabalho (Sinjutra) realizada ontem em Curitiba. A manutenção do movimento também foi definida pelos servidores federais representados pela Sindicato da Justiça do Paraná (Sinjuspar) em assembleia na última quinta-feira. Os funcionários da Justiça Federal e Eleitoral estão em greve há aproximadamente 30 dias.

As categorias aguardam a sanção presidencial do projeto de lei que prevê a reposição salarial de 59%, em média, aprovada pelo Senado Federal nesta semana. Em viagem aos Estados Unidos, a presidente Dilma Rousseff classificou a aprovação como "lamentável" e ainda declarou que são "insustentáveis" níveis de aumento elevados.

*Governo estima que
projeto de reposição
cause impacto de
R\$ 25 bi até 2018*

Além disso, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, adiantou que o projeto pode ser vetado pelo governo federal, já que a previsão de impacto é de R\$ 25 bilhões nos cofres públicos até 2018.

O coordenador de comunicação do Sinjuspar, Gláucio Luiz da Silva, lembrou que a greve nacional

atinge outros estados do País e que o Plano de Cargos e Salários com reajuste em até 78% é necessário para reposição das perdas salariais nos últimos nove anos. "O reajuste ainda fica abaixo da reposição da inflação no acumulado durante o período. A categoria não tem data-base. Se tivesse, estaríamos discutindo apenas a reposição do último ano", justificou.

Os servidores aguardam uma posição da presidente até o dia 21 de julho e devem realizar manifestações neste período. Silva disse que uma

passeata será realizada em Londrina na próxima quarta-feira. "O próximo passo da categoria é discutir a data-base, mas precisamos que o governo discuta a reivindicação dos servidores", cobrou.

O coordenador do Sinjutra, Miguel Szollosi, argumentou que o último reajuste foi concedido em 2006 e informou que a paralisação na Justiça do Trabalho atinge os serviços internos e andamento de processos em 90% das varas e fóruns de cidades paranaenses, entre elas, Londrina e Maringá. De acordo com o sindicato, todas as 23 varas de Curitiba participam da greve, assim como setores administrativos e gabinetes de desembargadores. "Apenas os serviços emergenciais como medidas cautelares e mandados de segurança são mantidos no Estado", acrescentou.

FOLHA DE LONDRINA

Justiça Federal faz audiências para desapropriar face norte

Meta é resolver situação de 37 imóveis do entorno do aeroporto de Londrina

Rafael Souza
Reportagem Local

A Justiça Federal de Londrina iniciou ontem mais uma etapa das audiências de desapropriação de imóveis para a ampliação do Aeroporto Governador José Richa. Desta vez, os convocados para tentar acordo com a Prefeitura de Londrina foram os proprietários de terrenos da face norte do aeroporto. O mesmo procedimento já foi realizado com donos de propriedades das faces sul e leste.

A meta é realizar, até a próxima segunda-feira, 37 audiências. O balanço divulgado no meio da tarde de ontem apontava a realização de 11 audiências, sendo que seis delas terminaram com acordo, duas não tiveram consenso e outras três voltarão a avaliar um possível acordo na próxima segunda-feira. O valor movimentado já alcançava a casa dos R\$ 2,3 milhões, segundo dados apresentados pela Justiça do Trabalho.

O juiz federal Márcio Augusto Nascimento, responsável pela rodada de audiências, lembrou que as avaliações feitas pela Prefeitura de Londrina foram feitas em ja-

neiro, quando o mercado imobiliário ainda estava aquecido, e que por isso o valor oferecido é "satisfatório". Seria esse, segundo ele, um dos motivos para a maioria das audiências caminharem para um acordo. "Até o momento tem sido bastante positivo. Já saíram vários acordos", afirmou.

Nascimento explicou que quem chegar a um acordo levanta 100% do valor (oferecido pela Prefeitura). Caso contrário, a pessoa fica com 80% do valor e outros 20% ficam presos até o término do processo. "E isso pode levar anos. Além disso é aberta uma discussão judicial, a pessoa será citada, terá que contratar um advogado e terá que vir a contestar o valor com o município e tentar provar que o imóvel vale mais. Se ganhar, ela vai levar o valor pedido, mas se a perícia judicial fixar um valor menor ela corre risco de receber menos do que a Prefeitura ofertou, além de pagar 20% de honorários em cima daquilo que ganhou a mais", explicou o juiz.

A partir da próxima segunda-feira, a Prefeitura tem um prazo de 60 dias para fazer o depósito do pagamento. Depois de receber, o pro-

prietário terá 90 dias para liberar o imóvel.

O prefeito Alexandre Kireeff esteve por duas vezes no auditório da Justiça Federal para acompanhar as audiências e chegou a ser cobrado por alguns proprietários mais resistentes. "Num conjunto grande é natural que haja algum tipo de questionamento. Mas acredito que conversando com o juiz, as dúvidas podem ser esclarecidas, até porque os acordos estão sendo feitos em grande quantidade", minimizou.

Segundo ele, os valores oferecidos pela Prefeitura são justos. "Existe uma metodologia específica para apurar os valores a serem indenizados e a Prefeitura nem tem possibilidade legal de flexibilizar isso. Cem por cento dos imóveis da face sul tiveram entendimento correto e acordo de forma amigável, e acreditamos que com a face norte será assim também", defendeu Kireeff.

CONTINUA

04 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O mestre de obra aposentado José Barbosa Neto não aprovou o valor oferecido pela Prefeitura por sua residência, um sobrado: R\$ 340 mil. Segundo ele, o imóvel vale mais. "Isso é um absurdo. Com esse dinheiro será difícil comprar outra casa igual em outro bairro", reclamou o idoso, que acabou aceitando o acordo, mesmo a contragosto. "A gente trabalha a vida inteira para comprar um imóvel para ter que passar por uma situação dessa agora. Há sete anos, rejeitei R\$ 500 mil pela casa", contou.

Por outro lado, Reinaldo Franco contou que a família da esposa aceitou a proposta feita para compra de uma parte do terreno onde fica uma chácara. "Fizemos o acordo e foi bem tranquilo. Se for deixar para depois será pior. Vai dar uma quantia razoável para cada um e eles resolveram aceitar", disse.

Kireeff apontou ainda que a área desapropriada na face norte será utilizada para ampliar a sala de embarque e alargar a pista. "Isso vai possibilitar a realização de taxiamento e pousos simultaneamente, o que é importante para ampliar a capacidade. Só de fazer isso, já resolve bem, antes mesmo da instalação do ILS", salientou o prefeito.

Segundo o governo estadual, o projeto de ampliação do aeroporto inclui a ampliação da pista em 600 metros; o aumento da faixa de segurança nas laterais, para mudança da taxi-way (faixa

de taxiamento de aeronaves); e a instalação de equipamentos de auxílio à navegação aérea, como o ILS (Instrument Landing System), Radar e D-VOR — de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); além da implantação de área de estacionamento.

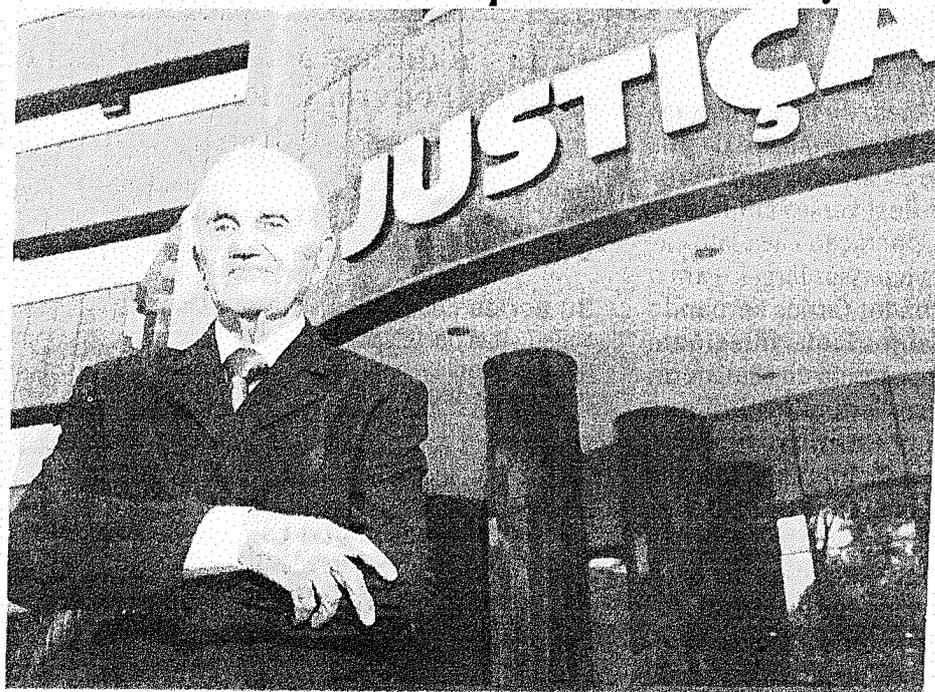
Ao todo, o projeto vai receber R\$ 78,8 milhões de investimento. Londrina é responsável por fazer a desapropriação das áreas necessárias, a um custo estimado de R\$ 30 milhões. A desapropriação é uma contrapartida para o investimento efetivo da Infraero, estimado em R\$ 48,8 milhões. De acordo com a assessoria de imprensa da Infraero, o cronograma de obras só será definido após o término do processo de desapropriações. (Colaborou Celso Felizardo)

05 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

'Sistema eleitoral viciado alimenta a corrupção'

Ex-deputado, que lança livro sobre o assunto esta semana em Londrina, diz que voto distrital e atuação de novos juízes são armas para combater o problema



Almir Moreira Passo, advogado e ex-deputado estadual

“

A ditadura foi a grande responsável pela corrupção. Quando houve o golpe de 64, acabou a liberdade”

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 05 JUL 2015

CONTINUAÇÃO

Rafael Fantin

Reportagem Local

Deputado estadual casado após o golpe militar, o advogado Almir Moreira Passo, 90 anos, lança nesta semana em Londrina o livro "A corrupção e os novos juizes do Brasil". A obra traça um panorama histórico dos casos de desvios de recursos públicos no País, desde a chegada da corte portuguesa na colônia até o escândalo do Petrolão, investigado pela Justiça paranaense. Baiano, o advogado retornou ao Paraná na semana passada, onde atuou profissionalmente nas comarcas de Astorga e Londrina até o final da década de 1970. Durante a ditadura militar, o ex-deputado foi preso duas vezes pelo regime.

Em entrevista à FOLHA, ele afirmou que a ditadura militar é responsável pela corrupção atual e que defensores do regime foram beneficiados após a reabertura da democracia. Além disso, ele defendeu o voto distrital na tentativa de impedir os esquemas de corrupção que abastecem campanhas políticas.

Em seu livro, Passo ainda destaca a participação de juizes como Joaquim Barbosa e Sérgio Moro no combate à corrupção para que políticos, empresários e envolvidos em esquemas milionários possam ser presos e respondam pelos crimes de "colarinho branco". O livro da Editora Inverso será lançado na Livrarias Curitiba do Shopping Catuai, a partir das 19 horas da próxima sexta-feira.

Quando a corrupção teve início no Brasil?

Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, a corrupção teve início na corte portuguesa. A realeza precisava de recursos para manter mais de 2

mil pessoas. Então, o primeiro passo de Dom João VI foi tomar um empréstimo na Inglaterra de 600 mil libras esterlinas, mas isso não era suficiente. Em seguida, ele criou o Banco do Brasil sem nenhum recurso. Os acionistas entravam com o dinheiro e o imperador concedia títulos de nobreza. A partir dali, começa a história da corrupção no Brasil.

Os defensores da ditadura afirmam que não existia corrupção no regime. Como o senhor avalia isso?

A ditadura foi a grande responsável pela corrupção que atualmente toma conta do Brasil inteiro. Quando houve o golpe de 64, acabou a liberdade. O AI-5 estava acima de tudo, acima até da própria Constituição. Ninguém podia denunciar, pois se denunciasse ia preso e se insistisse poderia ter uma pena maior. O resultado é que ninguém acusava e os próprios jornais não tinham liberdade. Quando a ditadura caiu, após 21 anos, os homens que durante duas décadas serviram o regime passaram a dirigir o destino do País, porque eles ocupavam os cargos no poder, tinham dinheiro e elegiam os representantes dos partidos deles. A oposição afastada do poder e sem dinheiro era minoria. Por isso, a Arena tinha maioria absoluta. Ou seja, havia desvios de recursos enormes na ditadura, mas ninguém podia falar. Quem denunciava era preso, torturado, massacrado e depois diziam que a pessoa tinha cometido suicídio.

Com a democracia, houve mudanças no quadro de combate à corrupção?

Quando veio a redemocratização, a corrupção era enorme e os homens que serviram

à ditadura continuaram servindo no período democrático. O governo Sarney foi medíocre e a dimensão da corrupção tomou vulto. Depois, veio o Collor. Em seguida, uma série de governos e todos eles sofriam o impacto da corrupção, presente em todos os setores de atividades. Os corruptos inseriam dinheiro e custeavam as eleições, pois sem dinheiro não se ganha. Assim, eles faziam a maioria e dominavam a política. Veja o caso de Londrina, que elegeu o André Vargas, que já era vice-presidente da Câmara de Deputados (antes da cassação), envolvido no Petrolão. Eles se apossam do poder com a corrupção.

O fim das doações privadas para campanhas pode acabar com esquemas como os investigados na Receita Estadual do Paraná e na Petrobras?

No Brasil, a corrupção é uma constante porque o sistema eleitoral é viciado. Há 40 anos, quando eu fui deputado, já defendia a eleição distrital. Por exemplo, Londrina é o centro econômico da região e poderia ser um distrito. Assim, os deputados seriam eleitos pelo distrito de Londrina, com candidatos identificados com os problemas da região. Mas acontece que (hoje) o sujeito é votado no Estado todo. O rico compra os votos em municípios sem (ter) vinculação na sociedade (local) e se elege, e quem vive no distrito não consegue. Se os corruptos têm dinheiro e comandam a eleição, evidentemente, esse processo não tem nenhuma modificação.

CONTINUA

Qual a importância dos novos juízes e do Ministério Público nas investigações?

Rico e político não eram presos no Brasil, conhecido como o país da impunidade. O Supremo Tribunal Federal (STF) não prendeu um político sequer durante 19 anos. Com o escândalo do mensalão, coube ao ministro Joaquim Barbosa ser o relator da Ação Penal 470. Ele foi nomeado ministro pelo ex-presidente Lula e sofreu uma tremenda pressão para absolver os mensaleiros. Mas não se submeteu e prendeu banqueiros e políticos, que foram condenados e estão cumprindo as penas. Foi a primeira vez no Brasil que isso aconteceu, pois ninguém prendia político e rico por conta das vendas de habeas corpus e absolvições absurdas.

Qual a opinião do senhor sobre a delação premiada?

Os atos de fraudes são de difícil comprovação. O melhor exemplo para responder essa pergunta é o caso da Petrobras, que sofreu o maior rombo financeiro da história. A diretoria da estatal começou a praticar a corrupção isoladamente e depois entenderam que a ligação com empreiteiras formava um cartel. Nas licitações que eram feitas pela Petrobras, somente poderiam concorrer as empreiteiras do cartel, que saíam vencedoras dos certames. Havia a cobrança de sobrepreço para divisão dos valores desviados entre diretores, construtoras e partidos envolvidos. Esse esquema durou pelo menos dez anos e somente com a Operação Lava Jato, dirigida pelo juiz Sérgio Moro, que investigava fraudes de doleiros em Londrina, tiveram conhecimento das relações

com as empreiteiras. Aprofundaram os exames e chegaram à conclusão de que eles estavam envolvidos no esquema do Petrolão. Os atos de fraudes são de difícil elucidação. São pelo menos dez anos em que diretores da Petrobras se jun-

taram com as maiores empreiteiras do País para dividir o bolo e ninguém tomou conhecimento. Agora, se os envolvidos não optarem pela delação premiada, vão ser condenados como o Marcos Valério (no Mensalão). Eles estão abrindo a boca e não sabemos até onde a delação premiada deste pessoal vai chegar.

Como o senhor avalia a declaração da presidente Dilma Rousseff, que comparou um delator da Lava Jato com presos políticos que cediam e passavam informações ao regime durante a ditadura militar?

A presidente Dilma não deve falar de improviso, pois fala muita coisa sem nexos. Ela não podia nunca dizer que não leva em consideração as declarações de delatores da Operação Lava Jato. A delação premiada é prevista em lei e está sendo usada de maneira muito criteriosa.

Qual o maior esquema de corrupção relatado no seu livro?

Eu considero o Petrolão o maior esquema de corrupção. A Petrobras era considerada a quinta maior empresa do setor no mundo e em pouco tempo se tornou uma das mais descreditadas por causa do esquema de corrupção. O prejuízo foi enorme. Milhares de brasileiros que compraram as ações

da Petrobras com suas economias tiveram prejuízos. Se não fosse a Operação Lava Jato, que descobriu ainda em tempo, o prejuízo poderia ser ainda maior. A Petrobras pode se recompor nos próximos anos com a saída dos diretores corruptos que estão usando da delação premiada. Com gente honesta, a Petrobras tem potencial e reservas para sair deste estrago provocado pela corrupção na estatal.

Por que a corrupção parece estar no DNA do brasileiro, que busca levar vantagens em situações cotidianas?

É uma questão de formação. A corrupção se tornou uma constante na corte portuguesa e esse comportamento continua no País. A corrupção sempre existiu no Brasil e na sociedade. Não tem como extinguir a corrupção sem a instrução do povo. Mas isso tem sido muito deficiente. Nós só vamos melhorar com a instrução popular e fazendo com que o Judiciário tome uma nova postura.

05 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA MILITÃO

Almir Passos lançará livro dia 10 em Londrina

O advogado Almir Passos virá a Londrina no próximo dia 10, para lançar seu livro "Corrupção e os novos juízes do Brasil", a partir das 19 horas, na Livraria Curitiba, no Catuaí Shopping. Almir foi deputado estadual, quando morava e advogava em Astorga. Mas foi cassado por ato da Revolução Militar. Está com 91 anos de idade e bastante lúcido, disse-nos o advogado Adolfo Paranaguá, que quando Almir veio para Londrina, depois de cassado, trabalhou com ele em seu escritório de advocacia. Ele tem muitos amigos aqui na região e espera revê-los no dia 10.

Assunto que todos os professores de Direito Penal e Processo Penal devem estar tratando com seus alunos, nos cursos de Direito de Londrina e da região: a redução de idade de 18 para 16 anos, para os infratores da lei, que foi aprovada em primeira discussão pela Câmara dos Deputados e que vai alterar alguns parágrafos da Constituição Brasileira.

05 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Relação conjugal

Ao conceder liberdade à auditora Ana Paula Pelizari Marques de Lima, mulher de Márcio de Albuquerque Lima, apontado pelo Gaeco como um dos líderes da organização criminosa que atuava na Receita Estadual de Londrina, o ministro da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sebastião Reis Júnior, determinou, como medida alternativa à prisão, "proibição de manter contato com os demais corréus e qualquer pessoa relacionada aos fatos objeto da investigação e ação penal". A defesa considerou tal medida impossível e o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, concedeu o seguinte despacho: "Diante do exposto pela douta defesa, autorizo que os acusados (Márcio e Ana Paula) mantenham inalterado seu convívio no âmbito conjugal".

Delator segue preso

Ao contrário do que se tem comentado nos bastidores, o auditor Luiz Antonio de Souza segue e seguirá preso. O boato sobre a soltura se deve a uma decisão do juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, ao homologar os acordos de delação premiada de Souza. Em 15 de maio, o magistrado informava que o alvará de soltura deveria ser expedido em 1º de julho. Porém, o promotor Jorge Fernando Barreto da Costa, coordenador do Gaeco, garantiu que tal decisão foi corrigida. "Esta data foi um equívoco e já foi corrigida. Ele segue preso", disse à FOLHA, sem mencionar qual o tamanho da pena estabelecida nos acordos.

Sigilo

O sigilo sobre a quantidade da pena faz parte do acordo. A delação inclui as fraudes na Receita Estadual e o esquema de exploração sexual de adolescentes, no qual Souza também está envolvido. Em 13 de fevereiro, ele foi flagrado em um motel com uma adolescente. O auditor está preso na unidade um da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 1).

05 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Críticas da CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticou a agenda “hostil aos direitos humanos” do Legislativo, a politização do Judiciário com base na Operação Lava Jato e o ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff na sua mais recente análise de conjuntura, datada de 30 de junho. O objetivo do documento, segundo a CNBB, é oferecer a bispos e assessores a “possibilidade de dialogar sobre o momento atual e sua incidência na missão específica da entidade”.

Legislativo: sub-representação

No capítulo sobre o Legislativo, a CNBB aponta uma aceleração da agenda política que deixa o Executivo na defensiva, permitindo a propagação da “tese de que se vive quase um ‘parlamentarismo no Brasil’”, e pautas voltadas a “interesses econômicos”, a maioria delas “refratária à garantia de direitos”. Segundo a entidade, há uma sub-representação social na Câmara dos Deputados, com mais parlamentares empresários e menos sindicalistas, por causa de problemas do sistema político, com campanhas baseadas em doações milionárias de empresas e pouco conteúdo programático. Na opinião dos bispos, o governo federal nem sempre reage às decisões do Legislativo, “transparecendo aturdido, mas, na verdade, beneficiário e indutor de parte dessa agenda”.

'Politização da Justiça'

No documento, a CNBB fala em crescimento da “politização da Justiça”, com uma “atuação seletiva” de integrantes do Judiciário que fazem uma “abstração do princípio fundamental da imparcialidade”. Sem mencionar a Operação Lava Jato, que apura corrupção na Petrobras e já resultou em diversas prisões e quase 20 acordos de delação premiada, a CNBB diz que “se estabelece um rito sumário de condenação, agravando os direitos fundamentais da pessoa humana, seja ela quem for”. “Não se faz justiça com açodamento de decisões ou com uma lentidão que possa significar impunidade.”

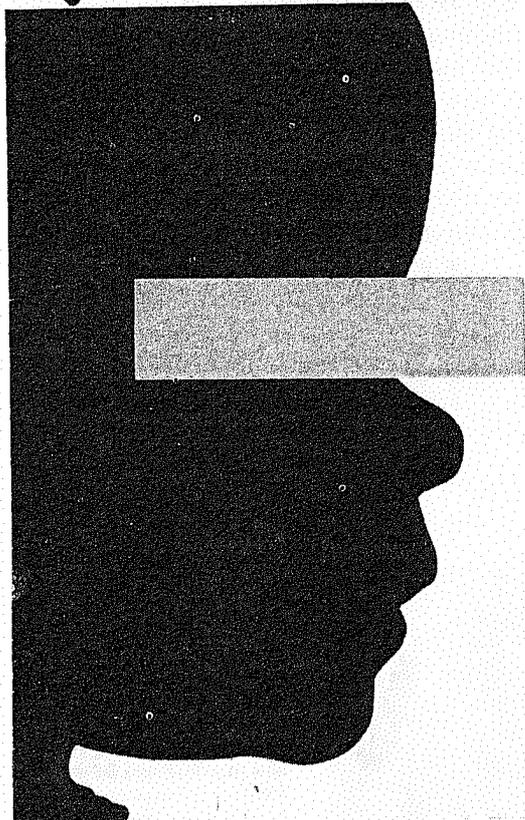
Ajuste e reforma

A CNBB vê a política econômica do governo Dilma como “boa para o capital, ruim para o trabalho”, e diz que a crise de confiança significa crise de lucro, e uma tendência de tornar a economia mais rentista. Diante do cenário de aumento de desemprego e diminuição do consumo, a entidade critica o aumento dos juros e defende outras medidas para retomar o crescimento, entre elas o corte de gastos públicos. A CNBB também condenou a “manobra” do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para aprovar o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, em maio. Para votar o tema, Cunha quebrou um acordo feito com líderes partidários.

CÉLIA MUSILLI

O aplauso à demagogia

Redução da maioria penal não é seleção de calouros, exige outro entendimento



Esta semana, presenciamos em 24 horas a rejeição e a aprovação da redução da maioria penal. Os que respiraram aliviados pela rejeição na quarta-feira, amanhecem na quinta engasgados com a aprovação de uma medida que vai levar o tráfico e o crime organizado a atraírem pessoas cada vez mais jovens.

Se você é um dos que comemoraram a redução da maioria penal pensando nos crimes cometidos por menores de 18 anos, lamento. Dados da Unicef e Ministério da Justiça apontam que só cerca de 1% dos crimes no Brasil é praticado por menores. Há quem afirme que a pesquisa é um mito, mas não pesquisaram também o suficiente para contradizê-la. Na falta de correção à altura do erro de enviar moleques para a cadeia - para serem comandados por criminosos adultos - fico com os índices divulgados pela maior parte da imprensa: cerca de 1% de menores comete crimes e, na contrapartida, 36% deles são assassinados, geralmente os de classes mais pobres.

05 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Você que comemorou a redução da maioria penal, precisa estender seu olhar ao panorama complexo dessa questão. Não há índices comprovados de redução de violência em países que diminuíram a idade penal e sua aplicação no Brasil me parece a desconstrução do nosso recurso humano mais precioso: a juventude, que deveria ser amparada e não colocada em celas com feras mais violentas. Ninguém aprende nada num sistema prisional que mantém pessoas em situação sedentária, aguardando prazos de julgamento que nunca chegam, convivendo num sistema responsável por 70% de reincidência.

A superlotação das prisões no Brasil é um fato: quase 700 mil prisioneiros estão atrás das grades em regimes que, de vez em quando, eclodem em rebelião com vinganças hediondas que chegam à decapitação de reféns. Vocês devem se lembrar deste sistema "educativo" quando aplaudem leis que enviam jovens para a cadeia mais cedo. Assistir a menos filmes policiais e ler mais autores humanistas pode ajudar. Deixar de assistir aos programas do Datena e de admirar o jornalismo classe B de Raquel Sherazade também é boa medida contra o envenenamento das suas emoções. Aplaudir a prisão precoce, sem se aprofundar no problema, é típico de sociedades acostumadas a auditórios. Não estamos decidindo quem será selecionado num programa de calouros, estamos decidindo os rumos da juventude brasileira, tão vítima da violência quanto qualquer de um de nós. Só há uma solução para transformar o cenário social do país: a Educação, justamente a área que tem verbas reduzidas enquanto deputados mal intencionados planejam construir presídios especiais para a juventude. Querem trocar escolas por celas. Vivemos no Brasil a infância decrepita da justiça social, erro tão velho e grosseiro quanto estes personagens do Congresso vestidos de justiceiros. Desconfiem, seu discurso é o mofo da política, o dejetos da demagogia. Eles não estão só reduzindo a maioria penal, estão atrasando o Brasil.

06 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Infratores ou vítimas?

Em 2014, 74 adolescentes cometeram assassinatos no Paraná, enquanto 315 foram assassinados

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – Crianças e adolescentes são mais vítimas do que autores de crimes contra a vida no Paraná. Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp), 315 jovens de até 18 anos foram assassinados no Estado em 2014. O índice é 4,2 vezes maior do que os 74 adolescentes autores de homicídios (66) e latrocínios (8) no mesmo período – quando a Secretaria contabilizou 2.686 atos infracionais contra a vida. A divulgação dos dados, feita a pedido da FOLHA, coincide com a retomada do debate em torno da redução da maioridade penal (ver box nesta página).

Segundo a Sesp, os menores de idade foram responsáveis por 2,6% dos 2.515 homicídios dolosos, por 0,56% dos 162.033 furtos, por 1,46% dos 62.618 roubos e por 14,97% dos 8.969 casos de tráfico de drogas. O sistema de controle da Sesp não faz distinção de gênero ou raça.

Para a presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), Maria Christina

dos Santos, as estatísticas deixam claro que o Estado tem se mostrado ineficaz no que diz respeito à implementação de políticas públicas. “Ele está ausente ou é insuficiente. E não imagino que seja prioridade dos políticos discutir essa questão”, afirma. A especialista cita ainda os registros feitos pela Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei da Comarca de Curitiba. Em 2014, houve 320 mortes violentas de jovens de 12 a 21 anos. Destas vítimas, 82 (25,6%) estavam vinculadas à unidade, isto é, respondiam por algum tipo de delito.

CONTINUA

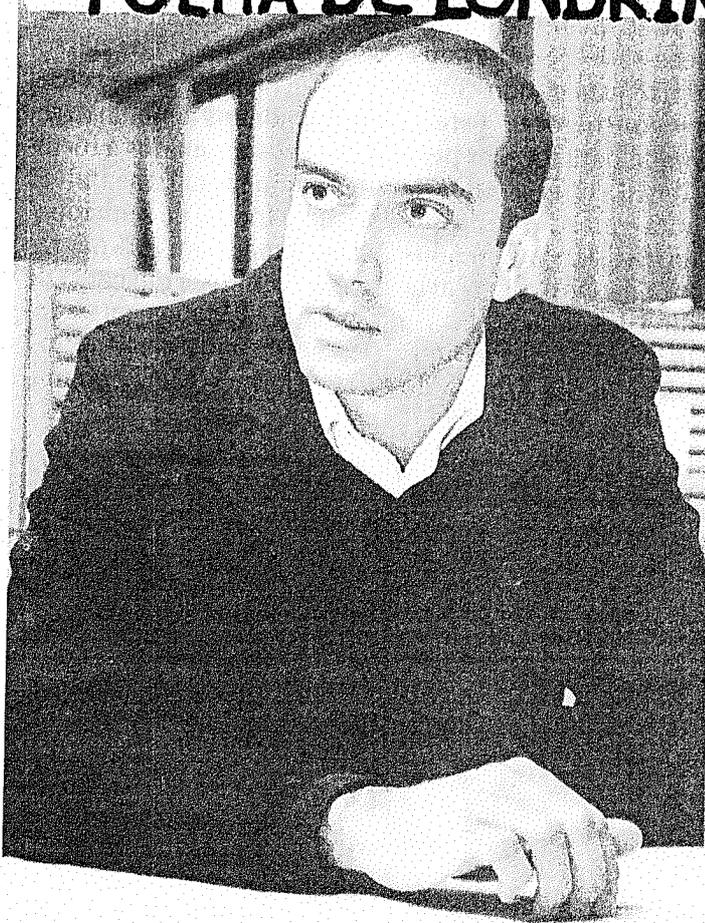
951 NOS CENSES

O Paraná possui mais de 15 mil adolescentes em conflito com a lei. O governo estadual, porém, só é responsável pelo atendimento daqueles que cumprem as medidas mais restritivas, como a internação (equivalente ao regime fechado dos adultos) e a semiliberdade. As sanções consideradas mais brandas ficam a cargo dos municípios, que devem atuar de forma integrada.

Conforme a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos (Seju), 951 jovens de 12 a 20 anos estão atualmente privados de liberdade nos 18 Centros de Socioeducação (Censes) do Estado, dos quais 895 são meninos e 56, meninas. A maioria deles cometeu assaltos (36%) ou se envolveu com tráfico de drogas (20%). Somente 14% respondem a crimes contra a vida, sendo 9% por homicídio qualificado e 5% por homicídio simples.

Dentre o total de internos, 42,3% estão envolvidos em um único processo, porcentagem que sobe para 70,2% quando se trata de pessoas do sexo feminino. Ainda segundo a Seju, 16,75% dos adolescentes internados moravam com o pai e a mãe e 29,67% conviviam apenas com a figura materna antes de serem apreendidos. Mais da metade é proveniente de famílias compostas por quatro a seis pessoas, 45% possuem renda familiar inferior a dois salários mínimos e 4% já têm filhos.

“Não queremos cair num discurso fatalista. Há também adolescentes de classe média, já que todos são seres humanos passíveis de erros. Por outro lado, não dá para negar que a maioria é de baixa renda e enfrenta carência tanto financeira como de acesso a serviços. As famílias costumam ser monoparentais, muitos são dependentes químicos e convivem com pro-



“Não dá para negar que a maioria (dos infratores) é de baixa renda e enfrenta carência tanto financeira como de acesso a serviços”, constata Márcio de Alencar

blemas como falta de emprego, evasão escolar e ociosidade”, afirma o diretor-adjunto do Departamento Estadual de Atendimento Socioeducativo, Márcio Augusto Schimidt de Alencar. De acordo com ele, para uma parcela significativa da sociedade esses adolescentes só se tornam visíveis quando infringem a lei.

ESTRUTURA

Em 2013, reportagem da FOLHA revelou que as 24 unidades avaliadas – 18 delas restritivas – foram consideradas parcialmente ou totalmente inadequadas à lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sina-se), sancionada no ano anterior. Desde então, Maria Christina diz que pouca coisa mudou. “Se o ECA fosse cumprido, certamente teríamos

um percentual de reinserção social maior”, opina.

Alencar reconhece que ainda há muito o que se avançar, mas destaca que várias instituições passaram por reformas e hoje oferecem cursos profissionalizantes, além de atendimento médico e inserção no mercado de trabalho. De acordo com ele, estão sendo construídos novos módulos em Toledo, Apucarana, Telêmaco Borba, Guarapuava e Pato Branco.

Em breve, Londrina receberá também o primeiro modelo-padrão do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) do Estado. No mesmo local, setores do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, segurança e assistência social trabalharão em conjunto, para agilizar o atendimento inicial.

Responsabilização dos 12 aos 17 anos

Curitiba - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que meninas e meninos a partir dos 12 anos sejam responsabilizados pelos atos infracionais que cometem. Conforme a legislação, promulgada em 13 de julho de 1990, os jovens que praticam delitos podem receber seis medidas socioeducativas, que variam desde a simples advertência até a internação em instituição especializada, com a completa privação de liberdade.

Para se ter uma ideia, a idade mínima é inferior à estabelecida em países como Alemanha (14), Bélgica (16), Dinamarca (15), França (13), Itália (14) e Japão (14). Já no Reino Unido, embora crianças de dez anos possam responder criminalmente, a colocação em regime fechado só é permitida a partir dos 15. Entre as nações desenvolvidas, a exceção são os Estados Unidos, onde cada Estado possui um regramento específico. Na maioria deles, os jovens são julgados pela Justiça comum, situação que nos últimos anos também vem sendo re-discutida, graças à campanha "Raise the age" ("aumente a idade", em inglês).

Segundo especialistas ouvidos pela reportagem, os adolescentes em conflito com a lei passam, no Brasil, por todo o sistema judicial como os adultos, sendo que, em alguns casos, as san-

ções aplicadas chegam a ser mais severas. "Quem ouve ou lê pessoas dizendo que eles vão ficar impunes pensa que a lei não oferece nenhuma resposta, o que não é verdade", diz o procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

O jurista conta que, quando cometem crimes, os menores de 18 anos costumam ser imediatamente apreendidos e encaminhados a uma instituição para internação provisória. "Em 45 dias, o juiz precisa então decidir que medida ele irá cumprir. Ou seja, do julgamento, muitas vezes (o suspeito) vai direto para a privação de liberdade, enquanto no caso dos

"Três anos para o adolescente é pouco, mas um para o adulto não?"

adultos o processo não ocorre com tanta celeridade", compara.

O tempo máximo de 'reclusão' é de três anos, sendo que de seis em seis meses uma equipe técnica deve reavaliar o cumprimento da sanção. A partir daí, o jovem pode ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida. "Por exemplo: em um homicídio, que é o crime mais grave previsto no Código Penal, o sujeito réu primário recebe a pena mínima, de seis anos, tendo bons antecedentes. No sistema de adulto, com um ano, o que corresponde a 1/6, ele já pode progredir. Então, três anos para o adolescente é pouco, mas um para o adulto não?", questiona Olympio. (M.F.R.)

CONTINUA

06 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Entenda o que diz a PEC 171

Curitiba - Em discussão no Congresso Nacional desde 1993, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171, que reduz a maioria penal dos atuais 18 para 16 anos, nunca esteve tão perto de ser aprovada. Uma manobra regimental do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), permitiu que 24 deputados federais voltassem atrás e, um dia após a rejeição em plenário, passassem a apoiar a medida. Na nova sessão, estendida até a madrugada da última quinta-feira, a PEC recebeu 323 votos favoráveis, 15 a mais do que o necessário para passar em primeiro turno, além de 155 contrários e duas abstenções. A votação ocorreu a portas fechadas, uma vez que a presença de público nas galerias foi proibida.

O texto "repaginado", de autoria de Rogério Rosso (PSD-DF) e Andre Moura (PSC-SE), possui diferenças sutis em relação ao anterior. Ambos modificam o artigo 228 da Constituição Federal (CF), que em 1990 originou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Meninos e

meninas menores de 18 e maiores de 16 anos continuariam inimputáveis, a menos que cometessem delitos "com violência ou grave ameaça, crimes hediondos (como estupro e latrocínio), homicídio doloso (quando há intenção de matar), lesão corporal grave ou lesão corporal seguida de morte". Antes de ser sancionada, a proposição precisa passar por uma segunda votação na Casa e por mais dois turnos no Senado, o que

aglutinativa estabelece que o cumprimento da pena se daria em estabelecimento separado dos adultos e também dos demais adolescentes em conflito com a lei. Ou seja, na prática, isso significa que o poder público, no caso a União, os Estados e o Distrito Federal, teria de providenciar a construção de novas unidades. Não há qualquer menção ao impacto financeiro. O artigo 3º prevê que a proposta entre

Emenda estabelece que o cumprimento da pena se daria separado dos adultos e adolescentes

só deve ocorrer depois do processo legislativo. Pesquisa do Instituto Datafolha divulgada em abril mostrou que essa 'maioridade' é defendida por 87% dos brasileiros.

Para garantir o aval de um número maior de parlamentares, Rosso e Moura retiraram do rol de tipificações o roubo qualificado, a tortura, o tráfico de drogas e a lesão corporal grave. A emenda

em vigor na data de sua publicação.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

'A ALMA QUE PECAR, ESSA MORRERÁ'

06 JUL 2015

A PEC original, apresentada pelo ex-deputado Benedito Domingos (PP-DF), não traz estatísticas, critérios técnicos ou pareceres de especialistas. Na justificativa, o autor mescla opiniões pessoais com passagens bíblicas. Em um dos trechos, por exemplo, argumenta que “o moço hoje entende perfeitamente o que faz e sabe o caminho que escolhe”, o que lhe daria plenas condições de calcular o desfecho de suas atitudes. “A uma certa altura, no Velho Testamento, o profeta Ezequiel nos dá a perfeita dimensão do que seja a responsabilidade penal. Não se cogita nem sequer a idade. ‘A alma que pecar, essa morrerá.’”

Em outro parágrafo, Domingos recorre aos reis Davi e Salomão. O primeiro, escreve, “jovem, moderno pastor de ovelhas”, acusa um “potencial admirável com seu estro de poeta e cantor dedilhando a sua harpa, mas ao mesmo tempo, responsável suficiente para atacar o inimigo do seu rebanho. Quando o povo de Deus estava sendo insultado pelo gigante Golias, comparou-o ao uso e ao leão que matara em suas mãos”. Já o segundo, “do alto de sua sabedoria, dizia: ‘ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velha não se desviará dele’”. (M.F.R.)

ALÍVIO NO SISTEMA

Mutirão tira 480 presos de penitenciária e abre vagas pra esvaziar delegacias

Leilane Dalla Benetta
leilanebenetta@tribunadojparana.com.br

As carceragens dos distritos policiais de Curitiba devem ficar zeradas a partir desta semana, com a liberação de vagas no sistema penitenciário. A transferência dos presos é possível após realização de um mutirão judiciário no Complexo Penitenciário de

Piraquara, garantiu o secretário de Segurança Pública, Wagner Mesquita de Oliveira.

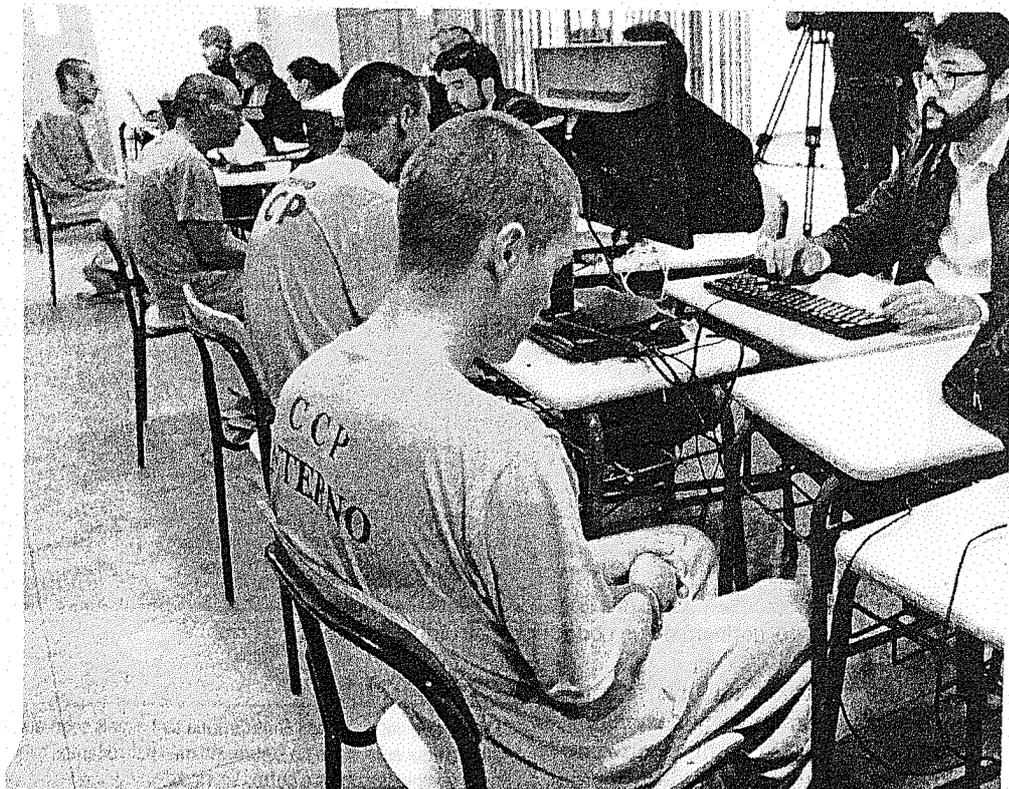
Mais de 800 processos foram movimentados durante o mutirão, que terminou na sexta-feira. Cerca de 230 alvarás de soltura foram cumpridos e aproximadamente 250 detentos passaram do regime fechado ao semiaberto.

Esse resultado vai possibilitar que, nesta semana, 45 presos sejam transferidos por dia das delegacias pro sistema penitenciário. Com isso, destacou o secretário, os policiais não precisarão ficar vigiando os detentos e poderão se dedicar às investigações dos crimes dentro dos distritos.

BENEFÍCIOS

O juiz Eduardo Fagundes Junior, da 1.ª Vara de Execuções Penais e coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Paraná, explicou que durante o mutirão os detentos são chamados e a situação carcerária deles é conferida. “É verificado se eles cumpriram a fração de pena exigida pela lei, se têm um bom comportamento e, se tudo se confirmar, recebem o benefício a que têm direito”, afirmou.

“Isso vai ter reflexo também na população carcerária, que atualmente no Paraná está excedendo o limite de vagas existente”, complementou Eduardo. Conforme o diretor do Departamento de Execução Penal (Depen), Luiz Alberto Cartaxo Moura, o Paraná possui cerca de 19.900 detentos em presídios e 8.500 em carceragens de delegacias.



Entre os mais de 800 presos que foram atendidos, 230 já deviam estar livres e 250 no semiaberto.

CONTINUA

06 JUL 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Outras medidas

Wagner ressaltou que somente o mutirão não resolve o problema da superlotação em delegacias. Segundo ele, as carceragens de Curitiba e região metropolitana recebem diariamente cerca de 20 presos. Como um "conjunto de medidas", ele citou o implementação da audiência de custódia; a aplicação das tornozeleiras e o monitoramento delas com a instalação do Centro de Comando e Con-



trole; a renovação dos contratos de construção e reforma das unidades prisionais, que devem abrir mais 7 mil vagas no sistema prisional em todo o estado. O secretário disse que a conclusão da construção e reforma de 20 presídios deve ocorrer no próximo ano. "Ano que vem, com todas essas medidas funcionando concomitantemente, o sistema há de se estabilizar", destacou. (LB)

06 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Mutirão carcerário pretende esvaziar delegacias

Transferências deverão ser de 45 presos por dia

O mutirão carcerário realizado pelo Poder Judiciário no Complexo Penitenciário de Piranguara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), finalizado na sexta-feira (3), permitiu que a Secretaria de Segurança elaborasse um projeto para nos próximos dias esvaziar as celas de todas as delegacias de Polícia Civil de Curitiba. Nas próximas semanas acontecerão outros mutirões abrindo ainda mais vagas. Somente no mutirão desta semana foram abertas 231 vagas no sistema penitenciário.

Na sexta-feira (03), 43 detentos foram transferidos, sendo 23 mulheres que estavam no 12º DP



As situações dos presos foram analisadas pelo Judiciário

e todos os 20 do 1º DP. A partir de hoje (6) começam as transferências de até 45 presos diariamente até que

todas as vagas abertas com o mutirão sejam ocupadas.

O secretário de Segurança, Wagner Mesquita,

considerou extremamente positiva a realização do mutirão em parceria com o Poder Judiciário. ●

04 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Lava Jato vai melhorar contratos públicos, diz juiz

Sergio Moro reclamou de ser tratado com ofensas de baixo nível por parte de advogados

Em congresso de jornalistas, ele disse que a operação causa grande estresse em sua vida pessoal

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

No mais importante encontro de jornalistas investigativos do país, a pergunta que mais chamou a atenção foi feita por um juiz. Ela veio do magistrado federal Sergio Moro, responsável pelas ações da Operação Lava Jato, ao falar da preocupação pelo fato de o caso afetar grandes empresas e causar riscos de demissões e falências.

“O custo de soluções deles [crimes de corrupção] é realmente grande. Mas qual seria o custo da continuidade?”, indagou.

E ele mesmo respondeu: “Contratos públicos cada vez mais custosos e obras públicas que nunca terminam”.

O juiz disse que não poderia falar sobre pontos específicos do caso de corrupção na Petrobras, mas ressaltou que a investigação revelou “problemas que vinham se acumulando há tanto tempo sem uma resposta adequada pelas instituições, e de repente esses problemas começaram a aparecer de forma clara”.

Moro aproveitou uma das raras aparições públicas para reclamar que não tem sido

tratado com respeito por parte dos defensores dos réus, e que muitas vezes foi ofendido publicamente com expressões de “baixo nível”.

Mas, nas palavras do próprio juiz, a participação no 10º congresso internacional da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) na sexta-feira (3) tinha como objetivo mostrar que ele não é a “besta-fera” que alguns tentam dizer que ele é.

Mostrando bom humor ao responder às perguntas do jornalista Roberto D’Ávila e do público que lotou o auditório, Moro disse que pensou em se formar em jornalismo e só passou a gostar da faculdade de direito a partir do terceiro ano do curso.

Indagado se, na condição de jornalista, tivesse que escrever sobre o juiz Sergio Moro na Lava Jato, brincou: “O juiz Moro quer férias”.

Também provocou risos ao dizer que apesar de sempre ser visto com roupas escuras possui peças coloridas, e que a preferência pelo preto e cinza era apenas momentânea.

Moro negou-se a falar sobre temas pessoais, e disse que com isso evita um “culto à celebridade”. Afirmou apenas que a Lava Jato causa grande estresse em sua vida pessoal, mas seu cotidiano é “banal” e parecido com o da maioria da população.

04 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça nega pedido de habeas corpus preventivo a Dirceu

Advogados temiam prisão do ex-ministro na Operação Lava Jato, mas juiz diz que 'mero receio' não é suficiente

Defesa pediu ainda ao STF acesso à delação de Ricardo Pessoa, que afirma ter pago propina da Petrobras ao petista

A Justiça Federal negou nesta sexta-feira (3) um pedido de habeas corpus preventivo feito pela defesa do ex-ministro José Dirceu.

Os advogados de Dirceu recorreram à corte para afastar o risco de "constrangimento ilegal" de uma prisão preventiva dele na Lava Jato.

A iniciativa da defesa foi tomada após a divulgação de detalhes da delação do lobista Milton Pascowitch, que afirmou que Dirceu e o PT receberam propina para garantir contratos da empreiteira Engevix com a Petrobras.

Mas o juiz responsável pela decisão, Nivaldo Brunoni, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, afirmou que o "mero receio" da defesa não é suficiente para uma intervenção judicial e que os argumentos dos advogados se baseiam em suposições.

O magistrado escreveu que "dar trânsito ao habeas corpus equivaleria a antecipar-se ao juízo de primeiro grau".

Brunoni afirmou ainda que o fato de Dirceu ser investigado na operação não significa que ele será preso e disse que as prisões determinadas ao

longo das investigações da Lava Jato foram sempre baseadas em outras provas que não apenas depoimentos.

O Tribunal Regional, com sede em Porto Alegre, funciona como uma segunda instância da Justiça Federal do Paraná, onde tramitam os processos relacionados à Operação Lava Jato.

O juiz decretou sigilo de justiça sobre o pedido para evitar problemas na rede de processos eletrônicos do tribunal. Na semana passada, o sistema da corte caiu devido ao alto número de acessos após a divulgação de que um morador de Sumaré (SP) havia pedido habeas corpus preventivo para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

ACESSO À DELAÇÃO

Ainda nesta sexta, a defesa do ex-ministro entrou com pedido no STF (Supremo Tribunal Federal) para ter acesso ao depoimento do dono da UTC, Ricardo Pessoa, que tem acordo de delação premiada.

Pessoa teria dito que pagamentos feitos à consultoria do ex-ministro eram parte da propina cobrada pelo esquema na Petrobras.

Relator dos inquéritos que investigam o envolvimento de políticos no esquema, o ministro do STF Teori Zavascki tem negado acesso aos depoimentos de Pessoa. Nesta se-

mana, ele rejeitou solicitações de senadores e dos ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil) e Edinho Silva (Comunicação Social) para a liberação do material.

A decisão do ministro leva em consideração que o acordo de colaboração está sob sigilo. Pela regras, os depoimentos de colaboração só podem ser divulgados após o Ministério Público apresentar a acusação formal contra o acusado e entregar denúncia com base em provas colhidas em investigações.

04 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Advogados da Lava Jato criticam conduta de juiz

Eles dizem que Moro restringiu direito à defesa e tomou decisões arbitrárias

DE SÃO PAULO

Dois dos principais advogados que atuam na Operação Lava Jato, que investiga o esquema de corrupção na Petrobras, criticaram a conduta do juiz do caso, Sergio Moro, ao participarem de debate no congresso internacional da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) nesta sexta-feira (3).

O criminalista David Teixeira de Azevedo, que defende o réu Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, disse que Moro restringiu o direito da defesa por não ter dado tempo suficiente para a convocação de uma testemunha que reside no exterior.

Azevedo também disse

que “falta coragem” aos tribunais de recursos do país para revogar decisões do juiz responsável pela Lava Jato.

O advogado Fábio Tofic Simantob, defensor de executivos da empreiteira Engevix, qualificou de “arbitrárias” várias medidas tomadas pelo magistrado do caso.

Simantob também disse que indevidamente o juiz se recusa a reconhecer que os processos da Lava Jato deveriam tramitar em varas diferentes da de Moro, que fica em Curitiba.

As defesas dos acusados alegam que as causas da Lava Jato deveriam ter andamento no Rio de Janeiro, onde fica a sede da Petrobras, ou nos locais onde residem os réus do caso.

Lewandowski nega pedido para cancelar acareação

Duque e Barusco falarão à CPI da Petrobras na 4ª

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, negou nesta sexta (3) pedido da defesa de Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, para cancelar acareação com Pedro Barusco, ex-gerente da estatal, na CPI que investiga esquema de corrupção na empresa.

A defesa de Duque havia alegado que a medida não teria efeitos práticos e apenas exporia o ex-diretor na mídia.

A acareação foi autorizada pelo juiz federal Sergio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, e está marcada para quarta (8). Lewandowski permitiu a Duque não assinar termo de compromisso para dizer a verdade aos deputados.

A CPI fará também acareação entre Barusco e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Duque e Vaccari estão presos em Curitiba.

04 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Desembargador afastado no PR volta ao cargo

**CNJ autorizou retorno de Clayton Coutinho de Camargo,
alvo de 3 investigações do órgão**

DE CURITIBA

Dois anos após ser afastado por aumento patrimonial e suspeitas de venda de sentença e de tráfico de influência, o desembargador Clayton Coutinho de Camargo voltou às funções no Tribunal de Justiça do Paraná, do qual era presidente à época.

A decisão foi tomada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na terça (30) —Camargo, porém, ainda é alvo de três investigações do órgão.

A mais adiantada é sobre o seu patrimônio: a corregedoria do CNJ aponta indícios de fraude ao fisco ou lavagem de dinheiro em transações financeiras feitas por Camargo.

“[As condutas] trazem consigo inequívoca pecha de imoralidade e falta de eticidade”, escreveu o então corregedor Francisco Falcão, em outubro de 2013.

Recentemente, a Procuradoria-Geral da República pediu a aposentadoria compulsória de Camargo por evolução patrimonial “incompatível com os rendimentos do cargo” em 2005 e 2008.

Na terça (30), o conselheiro Paulo Teixeira prorrogou o processo por mais 90 dias e, como a fase de investigação já foi encerrada, autorizou o retorno do desembargador ao trabalho.

Camargo, que tem 69 anos e renunciou à presidência do TJ após a abertura da investigação, comunicou o retorno à função nesta sexta (3). Ele nega as acusações.

Das suspeitas contra o juiz no CNJ, uma foi arquivada: a de tráfico de influência, pela nomeação de seu filho Fábio Camargo para o Tribunal de Contas do Estado.

Ainda prosseguem, sob sigilo, outras duas investigações: uma, sobre suspeita de venda de uma decisão —arquivada no Ministério Público do Estado—, e outra que apura um “pedido de favor” que Camargo teria feito em troca de influência numa ação. (ESTELITA HASS CARAZZAI)

04 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

TJ mantém anulação de multa aplicada à rede McDonald's

DE SÃO PAULO - O Tribunal de Justiça de São Paulo negou recurso do Procon SP e manteve decisão de anular multa de R\$ 3,2 milhões aplicada pelo órgão à rede McDonald's.

O órgão havia considerado abusiva a publicidade infantil da venda de lanche associada a brinquedos. Cabe recurso da decisão, mas o Procon não informou ainda se irá recorrer.

A disputa começou em 2008, quando o Instituto Alana entrou com uma representação no Procon. A multa à rede foi aplicada em 2010, e o McDonald's recorreu à Justiça.

O desembargador Fermi Magnani Filho destacou na sentença que “cabe à família o poder da boa educação dos filhos” e não ao Estado, “de modo paternalista”, interferir.

05 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

A idade do atraso

JANIO DE FREITAS

Votar de novo a maioria penal é demonstração de minoridade política, moral e democrática do país

REPETIR A votação sobre maioria penal, com disfarçante alteração do texto, para transformar em vitória a sua derrota 24 horas antes, não é a principal função dessa já conhecida ousadia de Eduardo Cunha. Não importa se impensado ou mesmo inconsciente, ainda assim o maior sentido dado ao ato é o de demonstração da minoridade política, moral, democrática e cultural do Brasil.

No vocabulário dos garotos carentes, um país "dimenor".

É inimaginável que um gesto sequer parecido possa ser feito na Câmara de algum dos países, digamos, adultos, seja ou não desenvolvido. No Brasil, além de feito, é aceito pela quase totalidade dos deputados, é repetido (antes no projeto de mudança das aposentadorias, agora no da maioria penal) e outra vez aceito. Adendo brasileiromente supérfluo: o que estava em votação não era um projeto de lei, comum, era um texto da Constituição.

A rigor, foram dois os textos constitucionais questionados no ato e na aceitação. Um, o que proíbe a votação, "na mesma sessão legislativa", de "emenda rejeitada". Outro, o que veda "emenda tendente a abolir os direitos e garantias constitucionais", como muitos consideram a maioria de 18 anos, que a Câmara manteve e logo depois baixou para 16 anos.

No século 21, estamos no mesmo baixo político, moral e cultural de muitas dezenas de anos atrás, quando o relógio da Câmara era parado às 23h58, para que entrassem pela madrugada a disputa e a

votação cujo prazo se encerrava à meia-noite. Congressistas adulteravam resultados dando votos fraudulentos por vários outros. Em textos votados e aprovados fora substituída ou retirada uma palavra determinante. Coisas de país atrasado. E, vê-se, ainda aí.

Entre os pouquíssimos que se manifestam sobre a validade, ou não, do artifício de Eduardo Cunha, alguns propõem o recurso imediato ao Supremo Tribunal Federal; outros, só ao término do processo de votação no Senado, porque o Supremo recusaria pronunciar-se sobre matéria ainda pendente de decisão do Poder Legislativo.

A discussão é ociosa. A redução da maioria foi levada à segunda votação com o argumento de ser um projeto diferente. A diferença: dos crimes especificados para responsabilização penal já aos 16 anos, foram retirados do projeto derrotado o roubo com violência e o tráfico de drogas, ficando os crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

Mas a emenda constitucional não é sobre os crimes. É sobre as idades, presentes e iguais nas duas propostas levadas a votação. E nesta igualdade, essência das duas emendas, é que se configura a dupla apreciação proibida pelo texto constitucional.

Consumada a votação do projeto apenas maquiado, trata-se de ato acabado. O questionamento é a esse processo parlamentar, a ser examinado em confronto com a proibição da Constituição. O teor da proposta, idade alterável ou não, é discussão à parte.

A importância da definição do Supremo vai além da idade penal mínima. Os tumultuosos procedimentos da Câmara atual recaem sobre decisões importantes para milhões de famílias, para o Tesouro Nacional, para o próprio Congresso. E integram, como um dos fatores de estímulo, a degradação de condutas e procedimentos em que o atraso adota a pregação de violência, discriminações e retrocessos que o país já tem demais.

05 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Reino de um homem só

Manobras de Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados atendem a propósitos pessoais e desvirtuam o processo legislativo

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), mais uma vez se mostrou capaz de desfazer, na última hora, uma derrota que pouco antes lhe parecia ter sido imposta pela maioria de seus pares no plenário.

Já durante a votação da reforma política, quando se discutia a questão do financiamento às campanhas eleitorais, Cunha conseguiu, em questão de 24 horas, reverter uma decisão da Casa.

Na madrugada de quinta (2), tratando de tema bem diverso, os deputados que não se aliam às visões de Cunha mais uma vez experimentaram a sensação de ver o tapete subitamente puxado sob seus pés.

Tiveram pouquíssimo tempo para comemorar a rejeição da proposta de emenda constitucional que baixava, de 18 para 16 anos, a idade para responsabilização penal de quem comete certos crimes graves.

Puderam verificar que nenhuma causa está perdida quando Cunha se põe a defendê-la. O presidente da Câmara reembalhou as cartas, apresentando para análise, como se fosse proposta nova em folha, o que não passava da mesma matéria derrotada no dia anterior, com alguns aspectos suprimidos.

Refeita a votação, deu-se a reviravolta; dos 303 da véspera, insuficientes para aprovar a emenda, passou para 323 o número dos deputados que a apoiavam.

Intrincadas questões regimentais podem ser invocadas para justificar a manobra. Parece evidente, de todo modo, a irracionalidade de uma prática em que, a cada tema relevante, votações são feitas e refeitas indefinidamente, só se encerrando o processo quando atendem à vontade individual de quem preside o mecanismo.

Cunha pode argumentar que a redução da maioria penal não é apenas um capricho seu. Trata-se, com efeito, segundo as mais diversas pesquisas de opinião, de um desejo da ampla maioria.

Há doses semelhantes de verdade e de demagogia nessa linha de raciocínio. Incontestavelmente, procura-se dar resposta a uma sensação generalizada de insegurança e aos casos, felizmente bem menos frequentes do que se acredita, de adolescentes envolvidos em episódios de extrema selvageria.

O que importa, entretanto, é retirar tais jovens das ruas, evitando que representem ameaça.

É este o sentido de proposta em trâmite no Senado, que assegura tempo maior de internação, em instituição própria, para o menor responsável por tais horrores. Seu afastamento da sociedade pode ser alcançado com uma política prisional séria, respeitosa dos direitos humanos, sem ser concessiva nem complacente.

No mundo de Eduardo Cunha, porém, isso não importa. Importa estimular o encarceramento, o ressentimento e a vingança; importa agitar um lema eleitoreiro, posar de rigoroso, aumentar o próprio cacife e fazer da Câmara dos Deputados o reino de um homem só.

06 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Funcionários da União pressionam por reajuste

Aprovação no Senado de aumento ao Judiciário impulsionou reivindicações e greves

“Na medida em que o governo aposta na intransigência, com uma proposta que chega a ser quase ofensiva, temos que apostar na força da greve

ROGÉRIO MARZOLA

coordenador do sindicato dos técnico-administrativos nas universidades federais

FLÁVIA FOREQUE
AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

Após longa batalha com os congressistas para aprovar medidas de ajuste fiscal, a presidente Dilma Rousseff começa a enfrentar um novo combate. Servidores de diferentes categorias já iniciam greves e protestos por aumento salarial e mudanças na carreira.

A aprovação, no Senado, do reajuste para servidores do Judiciário, na semana passada, deu fôlego para as reivindicações, embora o governo já tenha informado que vetará a medida.

“Traz certo otimismo [a aprovação], porque você enxerga que existe boa vontade. O Legislativo está atento a isso”, diz Daro Piffer, presidente do sindicato dos funcionários do Banco Central.

O funcionalismo público pede um reajuste de 27,3% em 2016. Diz que o percentual foi definido a partir das perdas salariais com a inflação de anos recentes. O último aumento foi de 15,8%, diluído em três anos. A última parcela foi paga em 2015.

Para o governo, o pleito é “inviável”. O Ministério do Planejamento sugeriu um aumento escalonado de 21,3%, nos próximos quatro anos.

Neste ano, a folha de pagamento do Executivo civil, entre ativos e aposentados, é da ordem de R\$ 150 bilhões.

“Na medida em que o governo aposta na intransigência, com uma proposta que chega a ser quase ofensiva, temos que apostar na força da greve”, diz Rogério Marzola, coordenador do sindicato dos técnico-administrativos nas universidades federais.

A paralisação já afeta 60 das 63 instituições no país. A expectativa é que o movimento seja seguido por funcionários dos institutos federais, além de servidores da Anvisa e INSS, entre outros.

Os servidores da Justiça Federal também estão em greve desde 10 de junho, segundo o Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União), que estima entre 80 mil e 90 mil trabalhadores parados.

Apesar da aprovação do reajuste no Senado, a categoria decidiu manter a greve. Promete só voltar a trabalhar se Dilma sancionar a medida.

Advogados e procuradores federais da Advocacia-Geral da União pressionam o Congresso pela aprovação de duas Propostas de Emenda à Constituição: uma que equipara o salário da categoria ao de magistrados e outra que dá autonomia ao órgão.

Com a resistência do governo, eles passaram a pedir exoneração dos cargos de confiança que ocupam. Com isso, os departamentos jurídicos dos ministérios estão ficando sem coordenadores.

Ministros já enviaram ofícios à AGU manifestando preocupação com a situação.

Na Receita Federal, auditores prometem cruzar os braços semanalmente a partir de agora —e com isso, reduzir o ritmo de autos de infração e análise de declarações de imposto de renda.

MARTE

O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, diz acreditar que governo e servidores podem entrar em acordo até agosto, prazo para o projeto de lei orçamentária ser enviado ao Congresso.

“O servidor público não está vivendo em Marte. Infelizmente, estamos passando por uma conjuntura muito desfavorável, de aumento de desemprego, queda dos salários no setor privado, e o servidor público tem estabilidade no emprego.”

Governo parabenizou PMs da 'Batalha do Centro Cívico'

Ministério Público sustenta ainda que Beto Richa respaldou e aprovou as ações da polícia, que deixaram 213 feridos no dia 29 de abril

| *Euclides Lucas Garcia*

■ Ao fim do confronto que resultou em 213 feridos no dia 29 de abril, o chefe de gabinete do governador Beto Richa (PSDB), Deonilson Roldo, recebeu o comando da Polícia Militar no Palácio Iguazu e o parabenizou pela ação no Centro Cívico. Mais do que isso, o então comandante-geral da PM, coronel César Kogut, determinou a "anotação de elogio" na ficha funcional de todos os policiais que atuaram naquele dia, como uma espécie de "medalha de guerra". As informações constam na ação civil pública em que o Ministério Público Estadual (MP) acusa Richa, o ex-secretário de Segurança Pública Fernando Francischini e quatro oficiais da PM de improbidade administrativa.

Ao longo de 88 páginas, o MP sustenta que o tucano respaldou e aprovou as ações da polícia. O documento destaca entrevistas concedidas pelo governador em 28 de abril, em que afirmou receber "permanentemente relatos da Segurança Pública" e de assessores

OUTROLADO

Os advogados de Richa e a Procuradoria-Geral do Estado, responsável pela defesa dos agentes públicos do Executivo, afirmam que o Ministério Público (MP) não permitiu acesso à investigação sobre o dia 29 de abril. Para eles, o MP violou o direito constitucional ao contraditório e os princípios do devido processo legal ao propor ação civil pública contra o tucano e mais cinco pessoas.

próximos sobre o que se passava em frente à Assembleia Legislativa — naquela semana, ele despachou do Chapéu do Pensador, distante quase seis quilômetros. O texto cita que Deonilson, Francischini e o chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, tinham vista panorâmica e "de camarote" do que acontecia, a partir do 3.º andar do Palácio Iguazu, onde fica o gabinete de Richa. Ressalta também que o tucano cedeu o próprio helicóptero de uso pessoal para a operação.

Ao mencionar uma afirmação do governador de que "a estratégia de ação cabe ao comando da PM e à Secretaria de Segurança", o MP argumenta que ele dolosamente conferiu "carta branca para as ações da força policial" a fim de garantir, "seja lá o que acontecesse", a votação do projeto de lei de seu "crucial interesse" — no caso, a reforma da previdência estadual. "Utilizaram as forças policiais como autêntica 'guarda palaciana',

pronta a assegurar a qualquer custo a efetivação de um ato de imediato interesse do governador", diz o texto.

Ao "fugir de suas responsabilidades constitucionais como governador", Richa teria adotado, para o MP, a censurável atitude de governantes de afirmar que "de nada sabiam", tentando se distanciar de sua "inafastável posição constitucional de comandante maior das polícias".

Força desproporcional

Conforme depoimentos e imagens colhidos durante a investigação, o MP sustenta que o emprego da força policial foi "absolutamente desproporcional" e, em muitos momentos, "absolutamente desnecessário". "Os manifestantes eram perseguidos em fuga, feridos, ofensivamente alcançados com tiros cassetetes, bombas e armas químicas em perímetros inimagináveis (...), como se lhes quisessem dar uma antidemocrática 'lição'", descreve a ação.

Segundo o MP, a maioria dos feridos tinha mais de 30 anos e não ofereceu qualquer enfrentamento à polícia. Mesmo os jovens que resistiram ao avanço da PM, diz o documento, usavam panelas e folhas de eucatex como escudo e estavam desarmados. Tanto que apenas cinco policiais se feriram levemente. "A 'Operação Centro Cívico' periclitou a vida de milhares de pessoas, com evidente desvio de finalidade, como pessoal ato de desmedido emprego da força."

CONTINUA

04 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Uma tropa treinada e qualificada, [que] deixa de cumprir recomendações técnicas inquestionáveis, é porque pouco se importaram seus comandantes para a ocorrência de tão funesto resultado. Não se admira, portanto, as condecorações imediatas, logo após os fatos, no próprio Palácio Iguazu."

Ação do Ministério Público do PR.

"Os réus utilizaram as forças policiais não como unidades de segurança pública, mas como se se tratassem de autêntica 'guarda palaciana', pronta a assegurar a qualquer custo, a efetivação de um ato de imediato fulcral interesse do governador e de cega e ilegal obediência pelos demais réus."

EM DESAGRADO

A Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares do Paraná (Amai) emitiu nota em desagravo aos coronéis processados pelo MP. Na nota, a Amai culpa Francischini pela ação.

04 JUL 2015

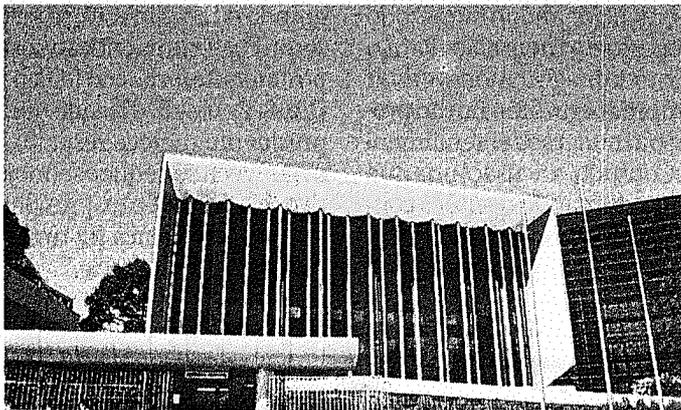
GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

COLUNA DO LEITOR

Nova polêmica salarial

Ivonaldo Alexandre/Gazeta do Povo



Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da **Assembleia Legislativa do Paraná (foto)** realiza uma sessão extraordinária, nesta segunda-feira (6), na tentativa de aprovar o projeto que estabelece 3,45% de reajuste salarial para os funcionários da Casa. A oposição tenta aprovar uma emenda que garanta 8,17% de reposição, a exemplo do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública. A maioria governista, porém, não quer sair dessa história com o rótulo de ter aprovado um índice maior para os funcionários do Legislativo em relação aos servidores do governo do estado. Uma estratégia dos aliados contra a emenda dos opositoristas é propor a retirada dos comissionados do texto, o que deixaria os adversários numa saia justa dentro do próprio gabinete.

PIRAQUARA Mutirão carcerário deve desafogar o 1.º DP

A Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp) deve esvaziar o 1º Distrito Policial de Curitiba, onde há 20 homens detidos. Eles serão transferidos para o sistema penitenciário de Piraquara, na região metropolitana. Além deles, 23 mulheres presas no 12º DP também serão levadas ao complexo penal. A medida foi possível após um mutirão carcerário realizado em Piraqua-

ra pelo juízo das Varas de Execuções Penais da região de Curitiba. Foram analisados 850 processos. Segundo a Sesp, o mutirão concedeu direito de mudança de regime fechado para semiaberto a 231 detentos. Além disso, 216 receberam alvarás de soltura. A medida promete recomeçar a política de abertura de vagas no sistema carcerário. Na semana que vem, outro mutirão será realizado no Complexo Médico Penal. O objetivo é expandir os mutirões para todo o estado.

Maioridade penal 1

Muito se comenta sobre a atuação de Eduardo Cunha para conseguir aprovar na Câmara dos Deputados a vitória parcial pela redução da maioridade penal. É válido salientar que — embora os fins não justifiquem os meios — a ação tem o apoio da esmagadora maioria da população brasileira, a qual a Casa representa. Não foi visto o mesmo empenho da base governista da Câmara quando Dilma comandou a famosa pedalada fiscal de uma forma bastante semelhante a que foi adotada por Eduardo Cunha agora.

Thiago C. Andrade, Recife — PE

Maioridade penal 2

Se essa PEC for promulgada nos termos impostos, criaremos uma aberração jurídica nunca vista no mundo. Um adolescente pode virar maior imputável apenas em alguns tipos de crimes e em outros ele continuaria a ser inimputável. Quantos absurdos passam no Congresso. Fazem isso para jogar para a plateia, a qual não entende das consequências.

Rogério J. Borges

Urnas eletrônicas

Não confio nem acredito que não existam fraudes nas urnas eletrônicas no Brasil e diversas pessoas pensam como eu. Por que tanta pressa em saber do resultado das eleições no Brasil? Pressa deveriam ter os governantes para dar atendimento humano e urgente aos milhares de pacientes do SUS nos hospitais de todo país.

Paulo Walbach Prestes

Reajuste do Judiciário

A recomposição salarial dos servidores do Judiciário (**Gazeta**, 1º/7) é justa; eles não podem ser o bode expiatório do descaso do governo com as finanças públicas. Há muito se tenta negociar com o Executivo, que sempre pede contenção de gastos e nos nega a reposição inflacionária. É insustentável a situação desses servidores, pois os seus salários foram corroídos em 59%, considerando apenas os índices oficiais.

Emilson Coradi

O dever do Juiz

Os jornalistas chamam de lide as informações mais importantes registradas no primeiro parágrafo de uma notícia. Quem esperava uma declaração bombástica do juiz Sérgio Moro, contra investigados da operação Lava Jato, saiu frustrado do Congresso dos Jornalistas Investigativos. Mas, no caso, o lide foi a falta de lide. O juiz cumpre com exatidão seu papel institucional e esta é a melhor notícia.

Moro não aceita comentar fatos dos processos em andamento, como deve ser, então as melhores perguntas dos jornalistas, no Congresso da Abraji, ficaram sem resposta. Quando perguntado sobre a infeliz declaração da presidente Dilma, comparando as delações, feitas dentro da lei, com as extraídas sob tortura na ditadura, Moro respondeu: “a presidente merece todo o nosso respeito.” Confrontado com uma declaração de um ministro do Supremo, disse que não lhe cabia comentar.

O juiz tem muito a ensinar. O apresentador Roberto D’Ávila perguntou se era justo que se divulgassem as acusações do processo antes do julgamento, que poderia, no final, inocentar o acusado. Moro explicou que, por determinação constitucional, “a publicidade é a regra”, ou seja, tem sim que divulgar, a menos que a própria Justiça estabeleça que o processo corra em sigilo. E deu o exemplo do mensalão — que ele chama sempre de Ação Penal 470 — em que a opinião pública foi sendo informada dos eventos à medida que o processo tramitava. Deu para imaginar que terrível distorção seria se os investigados tivessem sido protegidos e a sociedade tivesse permanecido desinformada.

Ele disse que concordava com o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, que disse que a Ação Penal 470 foi um ponto fora da curva. Mas, ponderou que o Brasil não pode esperar que um caso salve o país. É preciso uma mudança no sistema que garanta mais transparência, maior obediência às leis, maior respeito aos bens públicos.

Ele foi perguntado sobre sua vida pessoal. Se dorme pouco, quanto tempo trabalha, e disse que não era celebridade. Por que só usa camisas pretas? Coincidência, comprou algumas. O

que pretende fazer após o fim da Operação Lava Jato? “Tirar longas férias.” Diante da pergunta sobre se escreveria um livro, após tudo terminado, para que possa dizer o que está impedido no momento, respondeu que o que pensa está nos autos do processo, que são sempre divulgados.

Moro admite que a Justiça é lenta, e quando demora demais está, na verdade, falhando. Acha que o sistema precisa ser aperfeiçoado, de forma a dar celeridade aos processos. “O sistema está aí para servir à população,” diz o juiz.

Ao criticar o foro privilegiado, o juiz fez questão de separar duas questões: a imunidade parlamentar que protege o exercício do mandato, e que deve continuar existindo, e as ações criminosas que o político possa ter praticado. No segundo caso, o foro privilegiado fere o princípio da igualdade.

Sobre eventuais erros da Justiça, ele avisa onde está: “estou na base.” Ao longo da tramitação de um processo, os eventuais erros podem ser corrigidos, lembrou.

CONTINUA

04 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O juiz Sérgio Moro precisa lembrar que é de primeira instância, porque hoje suas ações ganharam muita notoriedade. Nunca antes o país viu o que está vendo: empresários que são estrelas de primeira grandeza no mundo dos negócios no Brasil atrás das grades, quatro ex-diretores da maior empresa enfrentando a Justiça, declarações sequenciais que trazem revelações que coincidem em pontos importantes, confirmando o cerne das acusações. Perguntado sobre qual sua estratégia de investigação, ele respondeu: “zero”, porque quem investiga é a “Polícia Federal e o Ministério Público Federal”.

As respostas que ele dá não trazem novidade, são normais. Mas a normalidade não é frequente no Brasil. Ele sabe o que é, o que faz, qual é seu limite e papel institucional. Resiste à saraivada de críticas de poderosos e de seus advogados e permanece na mesma trilha na mais ampla história de corrupção e de promiscuidade entre interesses públicos e privados que já se viu. Se este processo for mais um ponto fora da curva, o Brasil terá perdido uma oportunidade de mudar, mas Moro poderá descansar em suas férias sabendo que fez seu dever.

Com Alvaro Gribel

“Quem esperava uma declaração bombástica do juiz Sérgio Moro, contra investigados da operação Lava Jato, saiu frustrado do Congresso dos Jornalistas Investigativos. O juiz cumpre com exatidão seu papel institucional e esta é a melhor notícia.”

Os pontos-chave

- Sérgio Moro cumpre com exatidão seu papel institucional. Por isso, deixou sem resposta muitas perguntas na Abraji.
- Perguntado sobre a infeliz comparação de Dilma, disse que a presidente merece todo respeito.
- Juiz diz que a publicidade tem que “ser a regra” nos casos, a menos que a justiça determine o sigilo.

04 JUL 2015

Juiz da Lava Jato diz acreditar que todos os sistemas precisam ser revistos para que a sociedade não dependa de acertos eventuais da Justiça

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

A Justiça funcionar precisa ser regra, diz Sergio Moro

SÃO PAULO

Katia Brembatti

“Não podemos ficar dependendo de atos de fé”. Com essas palavras, o juiz federal Sergio Moro destacou que a sociedade brasileira não será remodelada por decisões eventualmente acertadas da Justiça.

O magistrado foi a estrela na manhã desta sexta-feira (3) no 10.º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, realizado em São Paulo.

Como não fala publicamente sobre o principal caso judicial do Brasil, a Lava Jato, ele disse que aceitou o convite para a conversa porque tem respeito pela imprensa e pelo jornalismo investigativo, mas alertou que não iria responder algumas perguntas. Vestido todo de preto (como já virou uma marca), entrou no auditório somente depois que a plateia toda já o esperava e saiu à francesa, por uma porta lateral — não fez selfies ou respondeu a perguntas extras dos jornalistas que tentaram cercá-lo.

Moro considera um herói o juiz italiano Giovanni Falcone, assassinado depois de lutar contra a máfia. E rebateu a crítica de que estaria agindo mais como promotor do que como juiz.

“Atuo de uma maneira reativa. Decido com base nos pedidos”, resume, acrescentando

que mesmo que a lei permita que um magistrado aja de ofício, tem evitado. “Sou juiz de primeira instância, então as minhas decisões estão sujeitas ao Tribunal Regional, Superior e Supremo”, lembrou, destacando que existem mecanismos de controle para evitar excessos no Judiciário. “Estou na base do sistema”, disse.

Moro enfatizou que não é responsável pela investigação. Para o magistrado, há uma “focalização excessiva” nele — o que não é exatamente um retrato correto do papel que tem dentro do processo.

O juiz nega que tenha uma postura condenatória nas decisões preliminares que toma. Afirma apenas que faz um juízo provisório, com análise das provas. “Mas não é diferente do que foi feito pelo Supremo”, diz, mencionando o número do processo do mensalão. Para o juiz, todo magistrado deve estar sempre aberto até o fim do processo a mudar seu entendimento. Contudo, a acusação de que estaria tomando decisões condenatórias seria uma tentativa de deslegitimar o seu trabalho.

Sobre a parcialidade na análise dos casos, Moro salientou que “um juiz nunca se desprende da natureza humana. Leva para o processo certos valores e pré-conceitos”. Contudo, precisa julgar segundo a lei, os fatos e

as provas. “Acredito que já absolvi pessoas que no meu íntimo eu acho que eram culpadas, mas não havia provas.”

Lula

Moro acompanha atentamente o que sai na imprensa sobre a Lava Jato. E se mostra incomodado com “algumas coisas” que são divulgadas sobre ele. “Às vezes sou retratado de uma forma equivocada. Estou aqui para mostrar que não sou uma besta-fera”, disse.

O magistrado acredita que a imprensa tem, pontualmente, até contribuído com a investigação dos desvios de recursos públicos. Contudo, avalia que há muita falta de respeito e até uso de expressões chulas. Seguindo tal argumento, se recusou a rebater uma crítica que supostamente teria sido feita por Dilma Rousseff, dizendo que a presidente merece respeito, e negou veemente que o seu objetivo seja “pegar” o ex-presidente Lula. “Eu nunca fiz um comentário dessa espécie.”

CONTINUA

04 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEPOIMENTO DE YOUSSEF

Em depoimento à Justiça Eleitoral, o doleiro Alberto Youssef afirmou ter sido procurado, no início de 2014, por uma pessoa interessada em repatriar R\$ 20 milhões do exterior para serem destinados à campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff. Youssef disse que não executou a operação porque foi preso em março de 2014. O PT rebate. "Esse rapaz está dizendo tanta coisa. A impressão que passa é que cumpre uma missão dos tucanos para desestabilizar o governo", diz o líder do PT na Câmara, Sibá Machado.



Moro no congresso de jornalismo: "Não sou uma besta-fera".

04 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» LAVA JATO

Habeas corpus preventivo a Dirceu é negado

Kelli Kadanus, com Folhapress

O juiz federal Nivaldo Brunoni negou nesta sexta-feira (3) o pedido de habeas corpus preventivo impetrado pela defesa do ex-ministro José Dirceu. Brunoni está substituindo o desembargador federal João Pedro Gebran Neto, responsável pela Lava Jato no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que está em férias.

O habeas corpus tinha como objetivo “afastar o suposto constrangimento ilegal” de uma prisão preventiva na Operação Lava Jato. Segundo a decisão de Brunoni, “o mero receio da defesa não comporta a intervenção judicial preventiva”. Segundo a petição dos advogados, a divulgação do conteúdo da delação premiada de Milton Pasowitch, acusado de ser operador do esquema, indicaria a possibilidade de que seja decretada a prisão preventiva de Dirceu. O documento está em segredo de Justiça.

O advogado de Dirceu, Roberto Podoval, disse que já se prepara para entrar com recurso da decisão. A defesa também entrou nesta sexta com pedido no Supremo Tribunal Federal para ter acesso aos depoimentos do dono da UTC, Ricardo Pessoa, que mencionou pagamentos à consultoria do ex-ministro.

Condenado pego bebendo em bar ganha liberdade condicional

Relator do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luís Roberto Barroso concedeu liberdade condicional ao ex-deputado pelo PTB Romeu Queiroz. Ele foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro – pena de 6 anos e 6 meses. Queiroz cumpria a punição em regime semiaberto, mas se envolveu em polêmica e teve o direito revogado. O motivo: a divulgação de um vídeo em que ele supostamente aparece bebendo cerveja em um bar de Belo Horizonte no horário em que deveria estar trabalhando. Na época, o ex-congressista trabalhava em sua própria empresa. A Vara de Execuções Penais da Comarca de Ribeirão das Neves (MG) indeferiu o pedido por não considerar a falta grave. Diante disso, Barroso avaliou que Queiroz cumpriu os requisitos que permitem a concessão da liberdade.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

MP questiona ampliação de aterro

Mesmo que em agosto a empresa Essencis Soluções Ambientais arremate em leilão o terreno da ocupação Tiradentes, terá de enfrentar uma ação civil pública proposta pela Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente. Essa ação, que completa um ano no próximo dia 18, tenta evitar que o aterro sanitário da empresa seja estendido à área da ocupação.

A ação argumenta que, além do terreno estar habitado, há uma nascente de rio e uma área de mata nativa que podem sofrer impacto negativo com o crescimento do aterro. A prefeitura de Curitiba e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) foram acionados na mesma ação por terem concedido licenças para a empresa estender o aterro (veja mais acima).

A Essencis foi procurada pela reportagem, mas não respondeu até o fechamento desta edição. O proprietário do terreno não foi localizado. (DR)

ALBERTO DINES

04 JUL 2015

**Casuísmos,
bonapartismo e
avacalhação**

GAZETA DO POVO

Assembleias ou parlamentos costumam adotar liturgias apropriadas ao ato de criar, recriar ou excluir dispositivos da Lei Maior. Não necessariamente pomposos, porém minimamente decorosos, tais ritos se impõem em circunstâncias semelhantes às atuais, quando os representantes do povo se dispõem a votar um rol de emendas a uma Constituição adotada democraticamente há mais de um quarto de século, depois de duas décadas de uma brutal ditadura.

O volume, a velocidade e a dimensão das reformas propostas pelo presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, conferem ao plenário da casa uma aparência de Constituinte que a indecorosa farra legislante converte em paródia.

O descaso em preservar qualquer traço simbólico ou litúrgico, o atabalhoamento da pauta, a ausência de um *master plan* e os sucessivos atropelos adotados pelo parlamentar fluminense na condução das votações conferem ao atual momento político uma indisfarçável aparência de casuísmo e oportunismo. Se o pacote de reformas pretende o aperfeiçoamento do Estado de Direito, a patiscada que é oferecida desde a Praça dos Três Poderes, em Brasília, chega com forte e inequívoca conotação voluntarista, cesarista, bonapartista e, principalmente, caudilhesca.

A incrível reviravolta propiciada pela geminação de votações com apenas 24 horas de diferença tornou quase secundária a questão da maioria penal. O debate mudou de foco drasticamente, deixando de lado uma controvérsia que absorve as atenções e interesses de grande parte da sociedade e descambou para a vala comum das manobras duvidosas e pedaladas legais.

É possível que o presidente Eduardo Cunha tenha razão em gabar-se de sua expertise em matéria regimental, mas o seu notório descaso com os instrumentos legais complementares faz dele mais um político ególatra preocupado em ganhar votações do que um legislador empenhado em buscar soluções justas e equilibradas. Qualquer que seja a idade adotada para tornar imputável um jovem infrator, a emenda exige ajustes simultâneos no Estatuto da Criança e do Adolescente e em códigos correlatos. Isolada, funcionará inevitavelmente ao contrário.

A atabalhoada reforma política concebida por Eduardo Cunha é outro casuísmo engendrado por seu febril temperamento, verdadeira colcha de retalhos, irregular e contraditória. Para ser emendado e liberado dos atuais vícios e deformações, o processo político-eleitoral exige um conjunto multidisciplinar, integrado, holista. O fim da reeleição não pode ser decretado por capricho, sem um minucioso estudo preliminar sobre a extensão de mandatos, função dos pleitos intermediários, equilíbrio entre os poderes etc.

Em novembro passado, o ex-presidente José Sarney ofereceu em artigo um surpreendente mea culpa combinado com um testamento político. Harmonizou com excepcional poder de síntese sua experiência de operador político em diversos regimes, abdicou de planos e projetos pessoais.

O deputado e correligionário passou os olhos pelo documento, mas não enxergou um dado fundamental: Sarney pendurava as chuteiras. Cunha, ao contrário, pretende coroar-se como coronel.

05 JUL 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

O presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, José Lucio Glomb (à dir.), recebeu na quinta-feira o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, para a palestra "Judiciário Estadual na atualidade e suas perspectivas". Vasconcelos também apresentou o plano de obras do Judiciário estadual.



Irineu Włodarczyk

Em Brasília

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos, esteve em Brasília nesta semana para participar de audiência pública na Câmara Federal sobre a Proposta de Emenda Constitucional que trata da formatação de novos mecanismos para a escolha e permanência dos ministros do Supremo Tribunal Federal. O desembargador faz parte da comissão especial da Câmara destinada a elaborar parecer sobre a PEC.

Vasconcelos foi indicado pelo deputado federal Osmar Serraglio (PMDB/PR), relator da comissão. A audiência foi na manhã de quinta-feira.

Moro, o homem de preto

O momento mais descontraído da palestra que o juiz federal **Sergio Moro (foto)** deu na sexta-feira (3) no 10º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, em São Paulo, foi quando ele respondeu sobre o uso constante de camisas pretas. Ele riu, e disse que não é uma celebridade para ditar moda. "Eu tenho camisas de outras cores", garantiu. Mas contou que, há algum tempo, decidiu comprar as camisas pretas "para ver como ficava" e acabou gostando. O magistrado, responsável pelos processos da Operação Lava Jato, questiona o culto à celebridade, evitando perguntas pessoais ou que o coloquem em posição de destaque. "O estresse diário tem sido grande pela responsabilidade do trabalho e pela dimensão do caso. Mas, fora isso, o meu cotidiano é bastante banal", resumiu. E salientou que é preciso ter serenidade para não se deslumbrar com a situação.



Fã do Homem Aranha

O juiz Sergio Moro falou também sobre a infância. Disse que, quando era criança, gostava de gibis e citou a frase do Homem-Aranha, de que, com grandes poderes, vêm grandes responsabilidades. Mas assegurou que não se preocupa com como será julgado pela história. "Minha preocupação não é essa. É terminar esse caso e tirar longas férias."

» FRASES DA SEMANA



"Defendemos que os processos devam ser públicos, principalmente quando envolve a administração pública, até porque permite um escrutínio da imprensa. Quanto maiores poderes, maiores responsabilidades. Os governantes têm mais poder e com isso mais responsabilidades."

Sérgio Moro, juiz federal encarregado dos processos da Lava Jato

05 JUL 2015

GAZETA DO POVO

»JUSTIÇA

Oposição vai ao STF para garantir abono salarial

■ O PSDB da Câmara dos Deputados informou que, nos próximos dias, vai entrar com uma Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do governo federal de adiar o pagamentos de parte do abono salarial deste ano para 2016.

Na semana que passou, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou o pagamento de parte do abono salarial deste ano apenas em 2016. Com isso, cerca de R\$ 9 bilhões que seriam pagos aos trabalhadores em 2015 ficarão para o ano que vem. O pagamento diluído faz parte do pacote do ajuste fiscal.

O líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio (SP), diz que o objetivo da ação é garantir que o direito de trabalhadores que ganham de um a dois salários mínimos. "A Constituição determina, expressamente, que o abono anual é um direito do trabalhador, não podendo o governo deixar de cumprir este preceito."

Os últimos 20 anos caracterizam-se por um intenso aumento do consumo de drogas no Brasil e, proporcionalmente, um declínio em várias partes do mundo.

A resposta dos governos FHC, Lula e Dilma tem sido amadorística, fragmentada e absolutamente insuficiente para enfrentar todos os desafios. O governo federal, infelizmente, tem sido tolerante com os nossos vizinhos produtores de drogas (Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru) e até mesmo com milícias, como as Farc.

Com essa atitude leniente, deixamos que se desenvolvesse um grande mercado de drogas, de norte a sul, de leste a oeste, nas grandes e pequenas cidades. Não existe região brasileira hoje que não esteja duramente marcada pela tragédia das drogas.

É uma rede complexa, que envolve desde uma dona de casa, um motorista de táxi, um usuário de drogas, resultando em um mercado cada vez mais intrincado, com vários tipos de trocas, e envolvendo outras atividades legais como transporte, estocagem, aviação e até mesmo bancos.

O sistema policial tem feito a sua parte e cerca de 15% dos mais de 700 mil presos no Brasil são decorrentes do tráfico. A partir de 2006, com a Lei 11.343, nenhum usuário foi preso simplesmente pelo fato de consumir drogas. Essa mudança legal na época foi considerada boa até mesmo pelos setores da sociedade que defendem a legalização das drogas.

Ela poderia ter sido um avanço se, com a despenalização do usuário, fosse acrescentado como alternativa o necessário encaminhamento para o tratamento e orientação, como uma das medidas para não só ajudar o usuário, mas também enfraquecer a rede do narcotráfico. Nada disso foi feito, e o que ocorreu nesses últimos dez anos foi um contínuo aumento e diversificação do tráfico e do consumo.

Os países que conseguiram combinar uma ação legal firme com uma estrutura de tratamento efetivo poderiam ser considerados paradigmas para o Brasil. A Suécia, por exemplo, mudou sua postura depois de reconhecer o impacto negativo das medidas mais "liberais". Lá — onde o consumo de

drogas voltou a ser ilegal após cerca de 30 anos de liberação —, os dependentes surpreendidos por qualquer agente da lei, da segurança ou do serviço social devem ser encaminhados para tratamento. Esse tipo de política, que é consensual na Suécia, leva os diferentes partidos a desejar que a próxima geração de suecos não faça uso de nenhuma droga.

Essas histórias de sucesso não são levadas em consideração pelos paladinos da legalização das drogas no Brasil. Esse lobby está com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para alterar o artigo 28 da Lei 11.343, o que na prática legalizaria não somente o uso de qualquer droga, mas também a produção doméstica. O argumento falacioso é o de que o uso de drogas é um comportamento que afeta somente o indivíduo e que, portanto, seria inconstitucional uma lei cerceando esse direito.

Uma pesquisa com familiares de dependentes químicos, feita em parceria com a Federação Brasileira do Amor Exigente (entidade que organiza mais de mil grupos por todo o Brasil), mostra que o impacto está longe de ser individual. Segundo o levantamento, para cada usuário outras quatro pessoas são afetadas pelo problema.

Não existe nenhuma história de sucesso de países que tenham conseguido diminuir o tráfico por flexibilizar as leis e o consumo. O uso sempre aumenta e o tráfico não desaparece.

Se essa ação prosperar — e esse risco é grande —, teremos um aumento ainda maior do consumo de drogas no país, pois qualquer pessoa poderá plantar maconha em seu quintal, ampliando a disponibilidade dessa droga.

O STF deverá se manifestar sobre a nossa Constituição, mas na essência deverá se manifestar sobre nossos valores e especialmente sobre o nosso futuro como nação. Não podemos deixar que minorias ativas e politicamente corretas tomem conta do nosso destino. Precisamos criar um lobby legítimo de defesa dos valores familiares e sociais. Equívocos têm consequências e apresentaram uma dura fatura humana.

06 JUL 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

CYBERCRIME Vítimas de imagens íntimas vazadas na web quadruplicam em dois anos

O número de vítimas de vazamento de "nude selfies", ou vídeos íntimos divulgados sem consentimento, quadruplicou no Brasil em dois anos. No ano passado, 224 internautas procuraram o serviço de ajuda da SaferNet, organização de defesa de direitos humanos na web, para denunciar o crime cibernético conhecido como "revenge porn" - pornografia de vingança, em tradução livre. Em 2012, 48 casos haviam sido registrados pela entidade. O vazamento de imagens íntimas atinge principalmente mulheres, que representam 81% dos casos denunciados. A cada quatro vítimas, uma delas é menor de idade. Quando as imagens envolvem menores de idade, o crime é classificado como pornografia infantil. Já quando as imagens são de maiores de idade, o crime previsto pode ser o de injúria ou difamação ou então ser levado para a vara cível.

Lavanderia Brasil

O juiz Sergio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato, dará palestra no Instituto dos Advogados do Paraná no dia 29 de julho sobre lavagem de dinheiro. O convite, já aceito, foi feito pelo presidente da instituição, José Lucio Glomb.

COLUNA DO LEITOR

Maioridade penal 1

Independente de manobras, a redução da maioridade – para crimes violentos e tráfico – é necessária. Dizer que seria melhor investir na educação é chover no molhado. Se os governos não dão conta do básico (educação, saúde e segurança), a sociedade reage.

Carlos Freitas

Maioridade penal 2

Muitos que defendem a redução da maioridade penal não se dão conta de que só vai piorar o problema. Mas é preciso revisar o ECA, repensar o tempo de reclusão dos adolescentes e também as estratégias de ressocialização. Todos os países cuja maioridade é de 16 anos ou menos estão discutindo o tema, pois as estatísticas mostram que é o caminho errado.

Victor Almeida

Maioridade penal 3

Os afrodescendentes e os adolescentes de poder aquisitivo mais baixo vão para a cadeia aos 16 anos. Mas o "fidalgo" de 16 vai se livrar da penitenciária. Temos a pior safra de deputados federais desde a reabertura do Congresso. E ainda estamos no princípio da Legislatura. O que nos aguarda nos próximos três anos e meio?

Marco Aurelio Fernandes

Maioridade penal 4

Essa discussão sobre a redução da maioridade penal é questão do passado em outros países. Basicamente todos as nações aceitam que adolescentes respondam por crimes cometidos.

Sandro Ferreira dos Santos

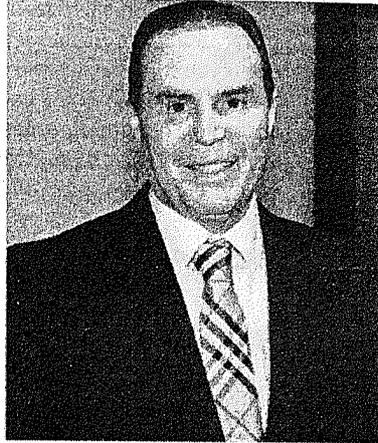
Justiça

Deixa-se de lado uma das exigências mais básicas da justiça – a necessidade de provas para se condenar uma pessoa – com a teoria do domínio (Gazeta, 3/7). Imaginem o que aconteceria se a partir de agora fosse permitido prender qualquer um sem ter provas. Nesse caso a condenação apenas se basearia no argumento de que "fulano tinha que saber"?

Daniel Campos

Defesa

Os advogados de defesa do desembargador Clayton Camargo divulgaram nota afirmando que ao contrário do que divulgou o Conselho Nacional de Justiça no último dia 30, ele “não está respondendo a qualquer processo administrativo relativo a suposto tráfico de influência para favorecimento do Conselheiro Fábio



Camargo”. Segundo a nota, “de fato, um procedimento dessa estirpe chegou a ser instaurado perante o Conselho Nacional de Justiça. No entanto, o processo teria sido “sumariamente arquivado pela Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Nancy Andrighi”, em 20 de outubro do ano passado, “pois versava sobre fatos manifestamente infundados”. Ainda segundo os advogados de Camargo, “o processo relativo ao afastamento do Desembargador de sua atividade judicante se refere, na realidade, a uma apuração sobre a evolução de seu patrimônio, sendo que, antes mesmo do término do procedimento, o próprio Ministério Público Federal rechaçou a maior parte da apuração inicialmente delineada”.

Fogo amigo

A 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça rejeitou recurso do grupo do senador Roberto Requião que tentava derrubar liminar que suspendeu o processo de expulsão do ex-governador Orlando Pessuti na Comissão de Ética e Disciplina do PMDB. Pessuti é acusado de infidelidade partidária por ter aparecido no programa eleitoral do governador Beto Richa (PSDB) campanha de 2014 pedindo que os eleitores não votassem em Requião, candidato peemedebista ao governo. “Não podemos permitir que troquem integrantes da executiva, da comissão de ética e próprio diretório, eleitos em convenção e de forma democrática, descumprindo e ferindo o estatuto do PMDB. Isso está acontecendo e não pode acontecer”, disse Pessuti.

Suspeição

O ex-governador disse ainda que todas as decisões tomadas à revelia e sem respaldo são contestadas na Justiça. “Felizmente a Justiça está nos dando ganho de causa contra as arbitrariedades praticadas pelo grupo de Requião. Vamos vencer todas, a justiça está ao nosso lado, e retomar a normalidade democrática do partido que não existe com Requião”, previu. Em março, a juíza Bruna Cavalcanti de Albuquerque Zandomeneco concedeu liminar suspendendo a reunião da Comissão de Ética do PMDB e o processo que julgaria o afastamento ou expulsão de Pessuti. A juíza acatou petição formulada pela defesa de Pessuti que coloca em suspeição a relatora do processo, a vereadora Márcia Ferreira, de São José dos Pinhais, que convocou a reunião e o advogado Luiz Fernando Delazari, também membro da comissão.

Inflação

A Justiça deu prazo de 90 dias para que o governo do Estado corrija distorções na publicação dos salários dos professores. A decisão atende pedido da APP Sindicato, que alegou que o governo teria usado valores de pagamento de indenizações, férias e outras gratificações para “inflar” os salários da categoria.

04 JUL 2015

IMPACTO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA AGUARDA RETROATIVO E A VOLTA DO DESEMBARGADOR CLAYTON CAMARGO

Enquanto a pressão continua no sentido de tornar realidade o efeito retroativo do auxílio moradia para juízes e desembargadores, mais um fato novo motivou as atenções para o Tribunal de Justiça.

Desta vez foi o anúncio de que o CNJ-Conselho Nacional de Justiça, decidiu nesta semana, por unanimidade, reconduzir o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Clayton Camargo, a função de desembargador do Judiciário paranaense.

Afastado do cargo de desembargador desde outubro de 2013, Clayton Camargo terá a chance de voltar como desembargador, até que se aprecie o mérito da questão que o envolve por conta das denúncias de venda de sentenças, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção passiva e crimes tributários.

A volta de Clayton Camargo ao cargo não quer dizer que possa ter a mesma e poderosa influência que



o identificava, mas contará, pelo menos, com a chance de voltar nestes 90 dias do novo prazo a entrar no TJ onde estava proibido de aproximar-se, ao mesmo tempo em que terá o mesmo direito dos demais desembargadores de contar com carro oficial e ser designado com processos a apreciá-los com a mesma autoridade que tinha

anteriormente.

Clayton Camargo chegou a pedir aposentadoria mas teve negado este pedido, motivo pelo qual deverá, de acordo com a nova decisão, voltar a cumprir serviço no TJ como os demais desembargadores que na atualidade se envolvem com a polêmica do auxílio moradir e seu efeito retroativo.

O FILHO DE CLAYTON VAI VOLTAR TAMBÉM AO TC?

Esta foi a dúvida levantada tão logo se revelou que Clayton Camargo, o pai, estaria voltando a ser desembargador do TJ e com chance de influenciar no processo que envolve o filho, Fabio Camargo, conselheiro sub-júdice do Tribunal de Contas.

Será que Fabio Camargo vai também dar a volta por cima?

O processo que envolve o ex-deputado que virou conselheiro do TC, inclusive por influência do pai que na época era presidente do TJ, continua parado, assim como de-

terminada ação que envolve outro ex-conselheiro, Mauricio Requião.

Nas muitas voltas e no vai e vem dos Poderes, tudo pode acontecer.

Cautela e caldo de galinha não fazem mal pra ninguém.

CONTINUA

04 JUL 2015

IMPACTO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO ESTÁ EM PÂNICO COM A VOLTA DE DOIS CAMARGOS AO PODER?

O veículo de comunicação dos "herdeiros do Chiquinho", que foram bombardeados não apenas pelo pai mas também pelo filho, estão preocupados.

O grito da tribuna da Assembleia, "chupa essa Gazeta", ainda ecoa pela redação do citado órgão de comunicação que diariamente tinha ataques de histeria contra o Presidente do Tribunal de Justiça e contra o parlamentar, os quais viveram tempos de terrorismo respondendo com ataques pessoais que extravasaram além fronteiras familiares os problemas de dois grupos, os Camargos e os Cunha Pereira.

A volta de Clayton Camargo ao TJ e do possível retorno de Fabio Camargo ao TC, deixa os "herdeiros do Chiquinho", preocupados?

03 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF3 – Técnico em agropecuária pode ser responsável por empresa dedetizadora

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) confirmou decisão que julgou procedente mandado de segurança impetrado por uma profissional técnica em agropecuária, com diploma de segundo grau, para que pudesse obter registro junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) como responsável técnica de uma empresa que pratica atividades relacionadas ao comércio varejista de inseticidas e materiais de limpeza e prestação de serviços de desinsetização.

O CREA havia negado o pedido com base na Decisão Normativa CONFEA nº 67. Contudo, a desembargadora federal Alda Basto, relatora do acórdão no TRF3, con-

cluiu que o CREA, ao regular o exercício da profissão de técnico em agropecuária com formação em ensino médio, criou obstáculos em contrariedade ao Decreto Presidencial nº 90.922/85.

Ela explicou que o livre exercício de trabalho, ofício ou profissão, previsto na Constituição de 1988 em seu artigo 5º, inciso XIII, é norma de eficácia contida, e somente uma lei pode estabelecer qualificações profissionais ao seu exercício. Afirmou também que a Lei nº 5.524/68, que dispõe acerca do exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio, declarou, em seu artigo 5º, que cabe ao Poder Executivo a promoção e expedição de regulamentos para a aplicação de seus dispositivos.

STJ - PRORROGADO PRAZO PARA ENVIO DE ENUNCIADOS À VII JORNADA DE DIREITO CIVIL

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) prorrogou até 7 de agosto o prazo para envio das propostas de enunciados à VII Jornada de Direito Civil, que será realizada nos dias 28 e 29 de setembro, em Brasília. O evento é organizado pelo CEJ e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), com apoio da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Participarão da comissão científica da Jornada o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ruy Rosado de Aguiar Júnior, que é

o coordenador-geral do evento; o ministro do STJ Paulo de Tarso Sanseverino; o desembargador Rogério de Meneses Fialho Moreira e os professores Ana de Oliveira Frazão, Gustavo José Mendes Tepedino, Otavio Luiz Rodrigues Junior e Paulo R. Roque A. Khouri.

Serão formadas seis comissões de trabalho para discutir as propostas de enunciados selecionadas.

As comissões serão integradas por professores e especialistas convidados, por representantes de instituições e por autores de proposições encaminhadas ao CEJ e aceitas para discussão.

03 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF - SUSPENSÃO DECISÃO DA JUSTIÇA DE SÃO PAULO QUE DETERMINOU RETIRADA DE NOTÍCIA DE PORTAL JURÍDICO

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender decisão do juízo da 5ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo (SP) que determinou à Dublê Editorial Ltda. (site Consultor Jurídico – Conjur) a retirada de matéria sobre o processo de inventário do advogado e ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, falecido em novembro de 2014. A cautelar foi deferida na Reclamação (RCL) 20989, na qual o Conjur alega que a decisão ofende a autoridade do STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

(ADPF) 130.

A editora afirma que foi intimada para suprimir de seu endereço eletrônico a matéria jornalística, assinada por Marcos Vasconcellos, porque, segundo o juízo, o processo tramitaria em segredo de justiça. Em sua fundamentação, a decisão afirma que se trata de inventário de bens “deixados por pessoa de notoriedade pública” que envolve documentos pertencentes aos herdeiros, cuja exposição violaria seu direito constitucional à intimidade. Para o juízo, “não há interesse público” na divulgação de dados relativos ao patrimônio do advogado e à forma de partilha.

TST - TRIBUNAL TEM EXPEDIENTE REDUZIDO EM JULHO

O Tribunal Superior do Trabalho terá expediente reduzido de 2 a 31 de julho devido às férias coletivas dos ministros (art 66, § 1º, da LC nº 35/79). Neste período, de acordo com o ATO GDGSET. GP Nº 331, o expediente do TST será das 13 às 18 horas. Também não serão realizadas sessões de julgamento, e os prazos processuais ficam suspensos. A Secretaria-Geral Judiciária, a Coordenadoria de Processos Eletrônicos, a Coordenadoria de Cadastra-

mento Processual e a Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos manterão plantão para atendimento ao público das 9 às 18 horas. Até o fim do mês, os casos mais urgentes, como mandados de segurança, medidas cautelares e dissídios coletivos de greve em categorias essenciais serão analisados pela Presidência do Tribunal. As sessões de julgamento dos órgãos colegiados do TST serão retomadas a partir do dia 1º de agosto.

03 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP/PR – Câmara Federal rejeita substitutivo da PEC que reduz a maioria penal

O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou na madrugada desta quarta-feira, 1º de julho, o substitutivo da PEC 171/93, que previa a redução da maioria penal de 18 para 16 anos para alguns crimes. O projeto precisava obter 308 votos favoráveis para que fosse aprovado, mas obteve 303. Foram registrados também 184 votos contrários ao projeto, e três abstenções (veja como foi a votação).

A decisão da Câmara Federal, porém, não é definitiva. O plenário votará, em breve, o texto original da proposta, que é mais rígido e prevê a redução da maioria para todos os crimes. Ainda não há data para a retomada da discussão: o projeto pode voltar ao plenário já na próxima semana ou após o recesso, durante o segundo semestre deste ano.

Neste contexto, o Ministério Público do Paraná, contrário à redução da maioria penal pelo manifesto re-

trocesso social e jurídico que a criminalização de jovens implicaria ao Brasil, reitera a necessidade de informar a população as razões pelas quais é contrário à proposta, desmitificando os vários “argumentos” que entende equivocados, muitas vezes utilizados para confundir e desviar a atenção da opinião pública dos verdadeiros problemas – inclusive os reiterados escândalos de corrupção – que afligem o País.

O MP-PR destaca, ainda, que as discussões em torno do aumento do período de internação de adolescentes devem ser feitas no âmbito do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo que a privação de liberdade, quando necessária, seja sempre conjugada com a obrigatória oferta de educação básica e aprendizagem profissional, de modo a efetivamente garantir a ressocialização dos adolescentes, em benefício da coletividade.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RALF ZIMMER JUNIOR

03 JUL 2015

Redução da maioridade penal: Um flagrante retrocesso

A redução da menoridade penal, como medida de combate à impunidade, desconsidera por completo a realidade social do Brasil. Ao adolescente há sim "penalização" severa, não revestida dos efeitos penais aos adultos, mas capaz de restringir a liberdade por até três anos como medida de internação. Ora, um adulto, condenado por crime comum em até 18 anos de prisão, cumprirá 1/6 da pena em regime fechado, ou seja, a internação do adolescente é severa.

Contudo, faltam estabelecimentos aptos a aplicar medidas aos menores, sendo o primeiro fator da sensação de impunidade a ausência de condições materiais para cumprimento da lei. Assim, a banalização da criminalização, sem ser acompanhada de reformas concretas de instituições, aumentará mais ainda a sensação de impunidade, porque o problema não está na lei, mas em falta de estrutura física para fazê-la ser cumprida.

De outro tanto, criminalizar o jovem a partir de 16 anos irá potencializar o problema da superlotação das cadeias, tornando-os presas frágeis a todo tipo de má orientação e sevícias por parte dos apenados mais experientes. Não bastasse isso, o tráfico irá buscar menores de 16 anos para funcionarem como bodes expiatórios na venda do narcótico, eis que inimputáveis. Dessa maneira, a redução da menoridade penal incentivaria a criminalidade.

Não se diga, de outra perspectiva, que "já votam, devem responder pelo que fazem". Primeiro porque já respondem na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente, que possui penas rígidas como internação e semiliberdade. Segundo, porque apenas votam de forma facultativa, mas não podem ser votados. O crime migra facilmente, adapta-se às novas realidades legais, assim nossa conclusão é que não basta alterar e re-crudescer as leis, antes se faz necessário criar estruturas para que se cumpra às que já temos.

Por fim, mais serviriam à pátria àqueles políticos que buscassem equipar concretamente os Estados e Municípios para cumprirem a lei, do que àqueles que buscam resolver os problemas sociais no mundo abstrato das redações legais. A propósito, há mais de um século já nos advertiu Beccaria, que "a certeza do cumprimento da pena inibe muito mais o crime do que a previsão abstrata, sem instrumentos materiais, de pena mais severa".

Ralf Zimmer Junior: Defensor Público e Professor de Processo Penal na Faculdade Anhanguera de São José/SC